

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS

PAMELLA SOARES ROSA

**ESTUDO DAS INFERÊNCIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA DE GRICE,
SPERBER & WILSON E LEVINSON: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PAMELLA SOARES ROSA

**ESTUDO DAS INFERÊNCIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA
DE GRICE, SPERBER & WILSON E LEVINSON:
uma abordagem comparativa**

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre, RS

2017

PAMELLA SOARES ROSA

**ESTUDO DAS INFERÊNCIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA
DE GRICE, SPERBER & WILSON E LEVINSON: uma abordagem comparativa**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre, RS

2017

PAMELLA SOARES ROSA

**ESTUDO DAS INFERÊNCIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA
DE GRICE, SPERBER & WILSON E LEVINSON: uma abordagem comparativa**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 18 de janeiro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Ana Maria Tramunt Ibaños – PUCRS (Presidente)

Prof. Dr. Fábio José Rauen – UNISUL

Profª Drª Cristina Becker Lopes Perna - PUCRS

AGRADECIMENTOS

À Capes e à PUCRS, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por me proporcionarem oportunidades incríveis no âmbito da pesquisa, desenvolvendo minhas capacidades de reflexão e de análise e criando em mim um espírito crítico movido por curiosidades e questionamentos.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Ana Maria Tramunt Ibaños, por acreditar no desenvolvimento deste trabalho e por estar ao meu lado nos momentos de questionamentos teóricos e metodológicos referentes a este.

Ao grande incentivador desta Dissertação, Prof. Dr. Jorge Campos da Costa, o qual, por meio de suas diversas reflexões e contribuições, ajudou-me a delimitar este trabalho, contribuindo com inúmeras conversas e análises a partir de suas tão sábias palavras.

Aos professores, Prof^a Dr^a Cristina Becker Lopes Perna e Prof. Dr. Fábio José Rauen, pela leitura atenta e dedicada e pelas relevantes considerações que proporcionam o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família, por todo o apoio e compreensão nos momentos de ausência e pelo incentivo incondicional ao estudo e à pesquisa. E, em especial, à minha mãe, Gislaine da Rosa Soares, que sempre ficou ao meu lado diante de todas as dificuldades e que sempre se esforçou ao máximo para me dar a melhor educação possível, prezando pelos meus estudos e me incentivando a ser alguém melhor.

À minha avó, Eni da Rosa Soares, que, infelizmente, nos deixou ano passado, mas que sempre me incentivou a estudar e sempre acreditou em mim. Que eu possa, por meio deste trabalho, deixá-la orgulhosa lá no Céu.

RESUMO

A Pragmática, subárea da Linguística a qual se integra este trabalho, estuda a linguagem em uso, dedicando-se à compreensão do significado real, incluindo, pois, conceitos como inferências, contexto e subjetividade. O trabalho aqui desenvolvido é de cunho bibliográfico, construído de maneira a formar uma base teórica consistente acerca das inferências conversacionais generalizadas para, então, apresentar uma meta-análise de artigos selecionados envolvendo essas inferências e teorias apresentadas. O objetivo geral desta dissertação é comparar a abordagem pós e neogriceana de casos de inferências, focando nas implicaturas conversacionais generalizadas, em experimentos selecionados, tendo como objetivos específicos compreender as bases históricas e filosóficas relacionadas à Pragmática, discutir conceitos relevantes para a teoria griceana (Grice, 1957/1975), pós-griceana (Sperber & Wilson, 1995) e neogriceana (Levinson, 2000), observar as propriedades das inferências nas teorias e analisar experimentos pragmáticos referentes às implicaturas conversacionais generalizadas a fim de compreender como ocorre o processo de inferenciação na prática comunicativa e como ocorre a interpretação das implicaturas generalizadas na comunicação humana. Esta proposta foi desenvolvida devido à necessidade de estudos referentes ao processo de inferenciação, a fim de contribuir para uma melhoria do estudo da comunicação por meio da compreensão do processo inferencial. O estudo possibilitou a compreensão da maneira como as teorias neo e pós-griceanas descrevem a comunicação e o modo como tal descrição é aplicada nos diálogos comunicativos. Além disso, foi possível observar a importância da compreensão das bases históricas e filosóficas, permitindo um delineamento da descrição e dos objetos pragmáticos desenvolvidos neste trabalho, reconhecer a proximidade nas relações semântico-pragmáticas, destacando as implicaturas padrões de Levinson (2000) como responsáveis pela importância desta abordagem para o entendimento dos níveis do significado, verificando como ocorrem as teorias neo e pós-griceanas no que se refere a inferências conversacionais generalizadas por meio de comparação entre estas perspectivas pragmáticas e projeção da teoria que melhor corresponde à prática comunicativa a este tipo de implicatura, avançando na compreensão do modo de como ocorre o processo de implicação das implicaturas generalizadas, compreendendo que, apesar de a

abordagem pós-griceana melhor predizer o modo como ocorre a interpretação deste tipo de implicatura, é necessário reconhecer a importância dos neogriceanos acerca da significação das implicaturas escalares a partir de escalas lexicais.

Palavras-chave: Pragmática. Inferências. Teoria das Implicaturas. Teoria da Relevância. Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas.

ABSTRACT

The Pragmatics, a sub-area of Linguistics which integrates this work, studies the language in use, devoting itself to the understanding of the real meaning, including concepts such as inferences, context and subjectivity. The work developed here is a bibliographical one, constructed in such a way as to form a consistent theoretical basis on the generalized conversational inferences, in order to present a meta-analysis of selected articles involving these inferences and theories presented. The general objective of this dissertation is to compare the post and Neo-Gricean approach of cases of inferences, focusing on generalized conversational implicatures, in selected experiments, with specific objectives to understand the histories and philosophical bases related to Pragmatics, to discuss concepts relevant to the Gricean theory (Grice, 1957/1975), Post-Gricean (Sperber & Wilson, 1995) and Neo-Gricean (Levinson, 2000), observe the properties of inferences in theories and analyze pragmatic experiments concerning generalized conversational implicatures in order to understand how the inference process occurs in communicative practice and how the interpretation of generalized implicatures in human communication occurs. This proposal was developed due to the need for studies concerning the process of inferentiation, in order to contribute to an improvement of the study of communication through the understanding of the inferential process. The study made possible the understanding of how the neo and post-gricean theories describe the communication and the way in which this description is applied in the communicative dialogues. In addition, it was possible to observe the importance of understanding the historical and philosophical bases, allowing a delineation of the description and the pragmatic objects developed in this work, recognizing the proximity in the semantic-pragmatic relations, highlighting the standard implicatures of Levinson (2000) as responsible for importance of this approach for the understanding of the levels of meaning, verifying how the Neo and Post-Gricean theories occur with regard to generalized conversational inferences by means of a comparison between these pragmatic perspectives and the projection of the theory that best corresponds to the communicative practice to this type of implicature, advancing in the understanding of how the process of implication of the generalized implicatures occurs, understanding that, although the post-gricean approach better predicts the interpretation of this type of implicature, it is necessary

to recognize the importance of Neo-Griceans of the scalar implicatures from lexical scales.

Keywords: Pragmatics. Inferences. Theory of Implicatures. Theory of Relevance. Theory of Generalized Conversational Implications.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PRAGMÁTICA: ORIGENS E ESTUDOS	13
2.1 PANORAMA DA DISSERTAÇÃO	14
2.2 INTERFACE ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	17
2.2.1 Influências Históricas e Filosóficas no Estudo da Pragmática	19
2.2.2 Pragmática - Definição e Objeto de Estudo	21
2.3 INFERÊNCIAS	25
3 GRICE E TEORIAS PÓS E NEOGRICEANAS: UMA INTERFACE	31
3.1 A TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE.....	32
3.1.1 Implicaturas Griceanas	35
3.2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER & WILSON	39
3.2.1 Inferências à luz da Relevância	44
3.3 A TEORIA DAS IMPLICATURAS GENERALIZADAS DE LEVINSON	46
3.3.1 Implicaturas Conversacionais Generalizadas	49
3.4 INTERFACE PÓS-GRICEANA E NEOGRICEANA.....	55
4 ANÁLISE DE ARTIGOS ENVOLVENDO AS TEORIAS ESTUDADAS	63
4.1 VERIFICANDO MODAIS E QUANTIFICADORES POR MEIO DA RELEVÂNCIA E DA TEORIA <i>DEFAULT</i>	64
4.2 ANALISANDO INFERENCIAÇÕES LÓGICAS E PRAGMÁTICAS – RELEVÂNCIA E <i>DEFAULT</i>	69
4.3 COMPREENDENDO A REALIDADE PSICOLÓGICA DAS ESCALAS LEXICAIS 73	
4.4 DISCUSSÃO	77
5 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

A Pragmática, por ser um campo de estudo do significado em contexto, possui uma importante interface com a Semântica devido ao seu mesmo objeto de estudo. Os estudiosos da Pragmática acreditam que o significado deve ser estudado dentro do contexto real da comunicação, isto é, a Pragmática inclui o contexto no qual algo foi dito e a intenção do falante com tal ato, tornando-se, assim, essencial para a compreensão da comunicação por estudar questões relativas ao uso da linguagem e não apenas às regras que a regem.

Os estudos pragmáticos iniciaram-se no final do século XIX por meio de filósofos da linguagem. Estes estudiosos foram além das visões do logicismo, teoria bastante explorada na época, e passaram a defender a visão inferencial, indo além de cálculos dedutivos e percebendo a importância do que está por trás do dito – o não dito. Dentre os principais precursores deste movimento estão Strawson (1950) e Wittgenstein (1958). Strawson defende que a noção de verdadeiro ou falso está restrita ao enunciado, dependendo, portanto, de contexto e contrariando a visão de Frege (1978) de que esse estudo estaria no campo das proposições, e Wittgenstein (1958) é conhecido por suas obras serem divididas em duas fases, sendo a primeira dedicada à Semântica e a segunda fase, conhecida por meio da obra “Investigações Filosóficas” (1958/2014), dedicada à Pragmática, na qual ele estuda os jogos de linguagem.

A pesquisa envolvendo inferências é de grande importância para a evolução da comunicação humana. Por meio da Pragmática, que analisa a linguagem em uso, ou seja, a comunicação propriamente dita, abre-se um campo importante para o estudo inferencial. Ciente disso e a fim de contribuir com os estudos pragmáticos, esta dissertação propõe uma comparação entre a abordagem pós e neogriceana de casos de inferências conversacionais generalizadas em experimentos selecionados, focando nas diferenças entre o modo de interpretação das implicaturas escalares previsto nas duas abordagens. É feito, portanto, um estudo comparativo entre a abordagem pragmática de Sperber & Wilson (1995), considerada pós-griceana, e a abordagem de Levinson (2000), neogriceana, acerca das inferências e da interpretação a partir destas e, por fim, há uma meta-análise de experimentos que testam essas teorias a fim de compreender qual teoria melhor representa a prática comunicativa no que se refere a implicaturas conversacionais generalizadas.

Esta pesquisa pretende contribuir para a discussão de diferentes abordagens pragmáticas, fazendo uma relação entre duas importantes teorias: Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson e Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson, com base na teoria base antecessora, Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975). Com essa relação, obtida por meio de um ponto em comum – as inferências – estabelecer-se-á uma comparação entre esses autores a fim de contribuir para estudos pragmáticos futuros.

Nos estudos pragmáticos, aqui contemplados, é possível fazer duas grandes interfaces: a interface Semântico/Pragmática, em que, apesar de haver uma delimitação entre essas duas subáreas da Linguística, esta interface é bastante tênue devido ao fato de o estudo do significado estar presente nessas duas disciplinas; e a divisão dos estudos em pragmática pós-griceana e neogriceana, representados nesse trabalho, por Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000), tendo base em Grice (1957/1975). Os pós-griceanos são assim denominados por terem como base postulados de Grice, como a categoria da relação do Princípio Cooperativo relacionado à Teoria da Relevância, mas distanciarem-se de seu modelo pragmático, defendendo que a comunicação não é regida por máximas e princípios, e sim pela relevância, que é inata e natural. Já, os neogriceanos possuem essa nomenclatura porque eles ampliam conceitos estudados por seu antecessor (Grice), continuando em sua linha/modelo teórico(a). Pós e neogriceanos fazem acréscimos importantes à teoria griceana, contribuindo para a expansão da mesma, porém os primeiros pertencem a modelos pragmáticos distintos enquanto os outros continuam em sua linha teórica.

Define-se, assim, um diálogo entre diferentes perspectivas pragmáticas: a pragmática inferencial de Grice que divide-se em duas correntes, a corrente pós-griceana e neogriceana. Os pós-griceanos buscam motivações cognitivas para explicar as inferências, distanciando-se do modelo griceano tradicional. Sperber & Wilson (1995), como representantes dessa corrente teórica, instituem um modelo comunicativo-cognitivo por meio de seus princípios teóricos. Levinson (2000), entretanto, representa a corrente neogriceana, procurando dar continuidade ao trabalho de Grice de maneira a ampliá-lo por meio das implicaturas *default*. Busca-se, neste trabalho, fazer uma comparação entre estas abordagens. Para isso, escolheu-se um objeto de estudo comum entre os estudos destes teóricos: as inferências conversacionais generalizadas.

Busca-se, por meio deste estudo, de maneira geral, comparar a abordagem pós e neogriceana de casos de inferências, focando, posteriormente, por meio de experimentos selecionados, nas implicaturas conversacionais generalizadas. Além disso, objetiva-se compreender as bases históricas e filosóficas relacionadas à Pragmática a fim de garantir uma contextualização significativa para o estudo nessa área; discutir conceitos relevantes para as teorias (Teorias das Implicaturas, Teoria da Relevância e Teoria das Implicaturas Generalizadas), melhorando, assim, a compreensão das inferências generalizadas; observar as propriedades inferenciais nas três teorias a fim de delimitar uma comparação entre os teóricos estudados; e, por fim, analisar os resultados de artigos com experimentos pragmáticos referentes às inferências a fim de relacioná-las com as teorias estudadas e compreender como ocorre o processo da inferência escalar na prática comunicativa.

Esse estudo parte dos postulados de Grice (1957/1975) pelo fato de esse autor defender o estudo inferencial, incentivando outros estudiosos a compreender como ocorre esse processo. Por meio das considerações de Grice acerca das implicaturas, é possível ir além de uma mera decodificação para, assim, compreender e aceitar o que está por trás do dito. O modelo inferencial desse teórico, apesar de abranger a implicatura, isto é, o que está por trás do enunciado, limita-se a algumas regras da lógica padrão, acreditando que as implicaturas partem do dito para ir além dele, restringindo-se, assim, a premissas necessariamente pré-fixadas.

A fim de ampliar a noção de implicatura, que parte, necessariamente, do dito, propõe-se o estudo da Pragmática Cognitiva, representada, aqui, por Sperber & Wilson (1995). A Teoria da Relevância possui princípios comunicativos e cognitivos em sua base, declarando, assim, a busca pela relevância ótima. Ainda, o modelo defendido por esses teóricos caracteriza-se pelo balanceamento entre custo e benefício, buscando um maior benefício cognitivo e um menor custo comunicativo. A Teoria da Relevância defende que esse processo ocorre de maneira inata e natural, ou seja, não é uma questão de escolha segui-lo ou não.

Levinson (2000), teórico neogriceano, apresenta as heurísticas, defendendo que estas regem as implicaturas conversacionais generalizadas, ampliando, assim, as noções defendidas por Grice. Para Levinson, o significado está contido em três níveis, sendo eles o significado semântico da sentença, o significado semântico do

objeto e a interpretação preferida; esses três níveis são explicados por meio das heurísticas.

Esses autores são de grande importância para o estudo da Pragmática, estabelecendo entre si importantes relações e contrapontos que são de grande valia para uma compreensão abrangente de noções como implicatura, inferência, contexto e relevância. Justifica-se, portanto, a abordagem desses autores como forma de estabelecer uma base inferencial, estabelecida por Grice (1957/1975), uma teoria ampla que permite relacionar-se com os mais diversos estudos, como o da Teoria da Relevância (1995) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000), complementando questões importantes levantadas por Grice.

A pesquisa, de cunho bibliográfico, constitui-se de uma discussão entre as teorias, apresentando as semelhanças, diferenças e, também, possíveis problematizações dessas abordagens pragmáticas por meio do ponto central do processo inferencial. Essa discussão dar-se-á por meio da interface pós-griceana e neogriceana, buscando a compreensão de como essas teorias se comportam na prática comunicativa, ou seja, como funcionam seus princípios e fundamentos na comunicação.

Para isso, é necessário compreender, inicialmente, a interface semântico-pragmática e os principais conceitos da Pragmática, já que ambas as áreas estudam o significado, sendo importante delimitar seus campos de estudo, bem como suas intersecções e, assim, aprofundar-se no estudo da Pragmática, abordando sua base histórica, filosófica e delimitações. Após, é importante definir os principais postulados das teorias griceana, pós-griceana e neogricenas a serem estudadas, representadas, respectivamente, pela Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975), Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995), e Teoria das Implicaturas Generalizadas, de Levinson (2000), e o modo como essas teorias compreendem as inferências; sendo importante definir, também, como estas teorias se relacionam em interface, explicando o motivo de suas denominações e principais características. Por fim, apresenta-se uma análise de artigos experimentais sobre implicaturas conversacionais generalizadas que dialogam com essas teorias, relacionando, assim, o processo de inferenciação relatado nesses artigos às teorias estudadas.

2 PRAGMÁTICA: ORIGENS E ESTUDOS

É importante destacar, inicialmente, a definição de alguns termos que serão utilizados ao longo deste capítulo e, por conseguinte, ao longo desta dissertação a fim de facilitar a compreensão do estudo proposto. Para isso, elenco alguns termos essenciais que serão discutidos a longo deste trabalho, apresentando suas definições:

- a) Linguística: ciência que tem por objeto a linguagem humana em seus aspectos fonético, morfológico, sintático, semântico, social e psicológico.
- b) Pragmática: parte da teoria do uso linguístico que estuda os princípios de cooperação que atuam no relacionamento linguístico entre o falante e o ouvinte.
- c) Semântica: teoria abstrata da significação ou da relação entre signos e seus referentes (em oposição à sintaxe e à pragmática).
- d) Inferência: operação intelectual por meio do qual se afirma a verdade de uma proposição em decorrência de sua ligação com outras já reconhecidas como verdadeiras.

Os termos acima referidos possuem relação fundamental com este trabalho, sendo a base para o entendimento da proposta aqui desenvolvida. Outros termos importantes para a Pragmática serão apresentados ao longo do trabalho, nos capítulos referentes a estes e com as devidas explicações, sendo estes termos mais específicos e, por isso, apresentados em capítulos referentes a suas teorias.

A Pragmática conforme descrito acima, é uma parte da teoria do uso linguístico, isto é, é uma subteoria da Linguística que estuda o significado por meio de uma interface entre sentença (abstrato) e enunciado (uso). Seu objetivo principal explicar como os falantes conseguem usar os enunciados para transmitir mensagens de conteúdo implícito, ou seja, mensagens que estão além do dito da sentença, necessitando, assim, de uma situação de cooperação ou de relevância entre os interlocutores.

Devido ao estudo do significado, a Semântica e a Pragmática constituem campos próximos por ambas terem o mesmo objeto de estudo, sendo a primeira referente ao significado da língua e a segunda referente ao significado da linguagem

(língua em uso), atribuindo-se a esta o estudo do contexto. A interface¹ semântico-pragmática constitui a interface mais ampla desse estudo, sendo de grande importância a definição de suas semelhanças e diferenças para, então, compreender o estudo do significado sob uma perspectiva pragmática, pois como será apresentado na subseção destinada a Levinson (2000), as implicaturas *default* encontram-se em uma mediação entre Pragmática e Semântica, estando presas a estas duas disciplinas.

A seguir, apresentar-se-á o panorama deste estudo e discutir-se-á a abrangência dos estudos pragmáticos e os limites regidos pela interface entre Semântica e Pragmática. Essas delimitações possibilitarão um melhor delineamento da abordagem proposta nessa dissertação.

2.1 PANORAMA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação possui como teoria base de estudo a Teoria das Implicaturas de Grice (1957/1975). A partir deste teórico, outras teorias pragmáticas desenvolveram-se a fim de ampliar seus estudos e tentar explicar como funciona a comunicação humana. É utilizada como fator classificativo, a divisão das teorias futuras a Grice em pós-griceana e neogriceana. Esta divisão é proposta por Horn (2005), defendendo que há teorias pragmáticas que se distanciam da teoria original griceana, classificando-as como teorias pós-griceanas, sendo aqui representada pela Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995). As teorias classificadas como neogriceanas ampliam o conceito original de Grice sem mudar seu objetivo ou modelo pragmático e é representada nesta dissertação pela Teoria das Implicaturas Generalizadas de Levinson (2000). A partir disso, é possível compreender que Grice é o centro destas duas perspectivas, possuindo, assim, relação com ambas as teorias.

Ciente disso, esta dissertação aborda as três teorias (Teoria das Implicaturas, Teoria da Relevância e Teoria das Implicaturas Generalizadas) de maneira a ressaltar os possíveis pontos de conexão entre elas, ou seja, quais mudanças ou aprofundamentos ocorreram nas teorias pós e neogriceanas em

¹ Área em que coisas diversas (dois departamentos, duas ciências, etc.) interagem.

relação a teoria griceana. Há outras importantes teorias pós e neogriceanas que não serão abordadas neste trabalho devido à necessidade de escolher uma única teoria que representasse estas abordagens a fim de construir um panorama comparativo.

Entretanto, é importante destacar estas teorias já que foram fundamentais para a compreensão destas duas abordagens. A abordagem neogriciana é representada, além de Levinson (2000), por Horn (2005) e por Leech (1983) e a abordagem pós-griceana possui como alguns de seus representantes Sperber & Wilson (1995), aqui estudados, e Costa (2008). Estas duas abordagens são reformulações da teoria original de Grice e tentativas de redução de suas máximas, referente ao Princípio Cooperativo, sendo que a Teoria da Relevância reduziu as máximas para uma única que regeria todo o processo comunicativo: a relevância. Levinson, neogriciano, porém, reduziu as máximas em três heurísticas que seriam responsáveis por reger as implicaturas conversacionais generalizadas. Estas teorias serão explicadas e discutidas ao longo do trabalho a fim de que se possa compreender, por meio de estudo comparativo e experimentos selecionados, qual teoria melhor representa a comunicação humana relacionada às implicaturas conversacionais generalizadas.

Vargas (2014) aborda as teoria pós e neogriciana, de maneira a compreender se o dito estudado por Grice (1975) é melhor representado por explicaturas (Teoria da Relevância) ou por implicaturas *default* (Teoria das Implicaturas Generalizadas). A autora estuda, portanto, a relação entre as teorias neo e pós-griceanas segundo o objeto de estudo das inferências. Todavia, a autora não analisa artigos experimentais, tornando a dissertação de Vargas e o presente trabalho com uma importante distinção metodológica.

Noveck e Sperber (2004) organizaram um livro de Pragmática Experimental contendo análise teórica e verificação experimental de diferentes teorias pragmáticas, entre elas a teoria de Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000). É necessário compreender, porém, que esta obra é organizada por teóricos da Pragmática Cognitiva, apresentando, assim, experimentos que corroboram as teorias relacionadas a esta área. Ciente disso, torna-se necessário expandir as fontes de artigos experimentais, buscando trabalhos reconhecidos e publicados na plataforma "*Pubmed*" a fim de verificar como as inferências conversacionais generalizadas ocorrem na prática comunicativa. Assim, dois artigos presentes no livro de Noveck & Sperber (2004) foram selecionados, seguindo a linha relevantista,

e o artigo encontrado no *Pubmed* serviu de contraponto, corroborando a abordagem neogriceana sobre escalas lexicais.

Alguns autores foram fundamentais para este estudo, como Horn (2005), devido a importância de sua perspectiva teórica acerca da classificação de teorias em pós e neogriceana, Strawson (1950/1971) e Wittgenstein (1958), importantes referências pragmáticas voltadas a filosofia da linguagem. Grice, autor de suma importância para os estudos pragmáticos, pois foi o responsável pelo reconhecimento da importância do além do dito –inferências – na comunicação. Sperber & Wilson (1995) e Wilson & Sperber (2005), representantes da teoria pós-griceana por meio de seu modelo cognitivo da relevância. Levinson (2000), representante da teoria neogriceana por meio das heurísticas e das implicaturas cionais generalizas. Horn (2005) e Costa (2008), neogriceano e pós-griceano, respectivamente, que não serão amplamente abordados nesta dissertação, mas que são autores representativos da perspectiva e teorias aqui estudadas.

Destacam-se, ainda, os estudos de Levinson (2007), que permitiu uma melhor abordagem histórica acerca da Pragmática, possibilitando uma reflexão sobre as influências históricas e filosóficas nos estudos pragmáticos. Também, para um aprofundamento de noções como inferência pragmática e lógica, suas características e história e filosofia da Linguística, há contribuições significativas de apontamentos feitos por Costa na disciplina História e Filosofia da Linguística e Lógica e Linguagem Natural, cursadas, respectivamente, em 2016/01 e 2016/02.

Vargas (2014) e Silveira (2007) abordam a perspectiva adotada neste trabalho, ao estudarem as teorias pós e neogriceana e as implicaturas e explicaturas oriundas destas. Porém, a dissertação aqui construída, além de abordar noções teóricas destas teorias, dedica-se à compreensão de como estas teorias se desenvolvem na prática comunicativa, acrescentando-se, assim, ao estudo teórico das teorias acima evidenciadas, artigos experimentais que testam estas teorias de maneira a verificar como ocorre o processo comunicativo, pretendendo-se assim, chegar a uma conclusão de qual teoria mais se aproxima deste processo.

A seguir, desenvolvem-se os estudos acima evidenciados, apresentando as definições de inferência, Semântica, Pragmática, influências históricas e filosóficas na Pragmática, teorias griceana, pós-griceana e neogriceana e suas relações e, por

fim, é desenvolvida uma meta-análise² das teorias estudadas por meio dos resultados obtidos nos artigos experimentais selecionados, permitindo, assim, compreender como estas teorias se aplicam na comunicação.

2.2 INTERFACE ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

A Semântica e a Pragmática constituem dois subcampos de estudo inseridos na Linguística. Esses dois subcampos dedicam-se ao estudo do significado, possuindo, portanto, um ponto de intersecção fundamental. A fim de que se estabeleçam os limites entre essas duas disciplinas, apresenta-se, a seguir, seus objetos de estudo e implicações. Ainda, ver-se-á que Levinson (2000) defende que as implicaturas conversacionais generalizadas possuem uma forte base semântica, sendo difícil estabelecer o limite entre Semântica e Pragmática nestas implicaturas. Portanto, seguem abaixo algumas considerações acerca dessas duas subáreas a fim de melhor compreendê-las.

Inicialmente, é importante destacar que a Pragmática é uma área de estudo mais recente, enquanto a Semântica enquadra-se em um estudo mais antigo e formal. A Semântica, como estudo mais clássico, desconsidera a ação do contexto, focando no significado da proposição. Isso significa que o foco da Semântica é o que está na língua, desconsiderando, assim, enunciador e contexto. A Pragmática, entretanto, soma ao significado o contexto, permitindo assim a flexibilidade de compreensão de termos subjetivos, como o “eu” (quem é o eu do enunciado?), tempo (quando é o hoje/amanhã?), lugar (onde é o aqui/lá?), pois considera o contexto e a relação do enunciador. Na Pragmática, as proposições são elevadas ao nível de enunciado, isso é, dependente de contexto.

Ao considerar um enunciado como: “Eu estou aqui hoje.”, a Pragmática dedica-se ao estudo que vai além do significado estático, interrogando, por meio desse enunciado, questões como: O que significa isso? A quem se refere o termo “eu”? Onde é o “aqui”? A quando se refere o termo “hoje”? Essas são perguntas cruciais no estudo da Pragmática, pois referem-se ao contexto no qual o enunciado

² Compreende-se, por meio do prefixo “meta”, a dupla ação de algo. Meta-análise é definida, portanto, como a análise de uma análise.

está inserido. Seu objetivo principal é explicar como os falantes conseguem usar os enunciados para transmitir mensagens de conteúdo implícito, ou seja, mensagens que estão além do dito da sentença.

A Semântica possui uma direção mais formalista, naturalista, ou social, enquanto a Pragmática tem por característica complementar ou até fundamentar a Semântica. Esses fenômenos significativos heteromórficos justificam a necessidade de duas disciplinas diferentes (COSTA, 2008), definindo acarretamento como um fenômeno semântico e implicatura como um fenômeno pragmático. Sobre acarretamentos e implicaturas, Costa explica:

Assumindo-se, no caso [Semântica de base lógica frege-russelliana X Pragmática modelo Grice], uma diferença entre acarretamentos e implicaturas, enquanto inferências de natureza diversa, parece razoável aceitar-se que a Semântica se encarregue das primeiras e a Pragmática, complementarmente, dê conta das segundas. (COSTA, 2008, p. 9, colchetes do autor)

Os acarretamentos estão presentes na língua, pertencendo ao dito. A proposição “Ele saiu de casa agora”, por exemplo, possui como acarretamento a proposição “Ele estava em casa antes.”, que está implícito na primeira proposição. As implicaturas (ou inferências), todavia, extrapolam o dito. No enunciado “Ele é político, mas não é corrupto”, supõe-se que a maioria dos políticos são corruptos apesar de isso não estar dito no enunciado.

A Pragmática concentrou-se, inicialmente, em um campo interdisciplinar. Um dos principais questionamentos envolvendo a Pragmática foi marcado pela influência do logicismo, quando Russell (1905) afirmou que toda proposição é verdadeira ou falsa. Todavia, proposições como “O rei da França é calvo”, por exemplo, dependem, além de seu significado, do contexto ao qual estão inseridas, pois antes de determinar como verdade ou falsidade, é necessário saber se, realmente, há rei na França. Se não houver, a proposição só pode ser falsa. Com isso, deu-se o questionamento sobre a abstração das sentenças e Strawson (1950/1971) defendeu que só um enunciado pode ser verdadeiro ou falso, isto é, só pode ser considerado segundo o contexto (COSTA, 2016 – comunicação verbal)³.

³ Comunicação realizada durante uma aula ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Campos da Costa na disciplina de História e Filosofia da Linguística, na PUCRS, em 2016/01.

Morris (1938) lançou a Pragmática oficialmente e a tratou como uma área da Semiótica que estuda a relação entre signos e usuários. Carnap (1938) também defendeu a Pragmática como sendo um dos ramos da Semiótica juntamente com a Semântica e a Sintaxe (COSTA, 2008). Strawson (1950) defendeu a Pragmática ao estudar a pressuposição, sendo a pressuposição uma proposição cujo valor de verdade depende da verdade ou da falsidade de outra proposição, conforme exemplo dado anteriormente (“O rei da França é calvo”). Wittgenstein II (1958), ao abordar o sentido das palavras, nomeando-o de “jogos de linguagem”, caracterizou a importância do contexto para a significação. Mais adiante, Austin (1962) e Searle (1969) dedicaram-se ao estudos dos “atos de fala”, forte linha de estudo da Pragmática.

A interface pós-griceana e neogriceana será discutida mais adiante por meio de um ponto crucial do estudo da Pragmática: as inferências. Como se sabe, as inferências serão o objeto de estudo desse trabalho, buscando-se uma melhor compreensão da comunicação humana, pois, como defende a Pragmática, há significados que vão além do dito, sendo necessário, portanto, que os interlocutores façam inferências a fim de que haja a compreensão do enunciado.

Como visto, a interface semântico-pragmática é definida pelo seu objeto comum de estudo – o significado, sendo evidente suas divergências: a Semântica estuda o significado do que está exclusivamente na língua por acreditar que tudo está na língua e a Pragmática defende a visão mais abrangente de que é necessário considerar o contexto para a compreensão do enunciado. A seguir, por ser a subárea central da dissertação, será discutida de maneira mais ampla a Pragmática por meio de algumas definições dessa disciplina e por meio da história e filosofia que influenciam a influenciam.

2.2.1 Influências Históricas e Filosóficas no Estudo da Pragmática

A fim de relacionar a Pragmática com sua teoria antecedente e com suas interfaces, essa subseção tem por objetivo discutir como se instaurou esse campo de estudo a partir do Logicismo e as interfaces que a Semântica cria com a Pragmática, abordando, para isso, estudos que se relacionam com esta dissertação de modo a contribuir com seu enriquecimento. Além disso, serão abordadas

relações semântico-pragmáticas a fim de melhor compreender o limite entre essas subáreas.

O Logicismo tem como principais representantes Frege (1892) e Russell (1905). Frege estuda o sentido e referência, argumento e função e função e conceito. Russell dedica-se à teoria das descrições definidas e ao paradoxo. Esses dois filósofos são fundamentais para o estudo das áreas formais. A partir de Frege e Russell, portanto, do logicismo, dá-se origem a duas novas teorias: a filosofia da mente e a teoria livre de contexto. Essas duas teorias dão origem, respectivamente, à Pragmática e à Semântica. A teoria livre de contexto manteve-se com os representantes Frege e Russell. A filosofia da mente, no entanto, teve novos representantes, como os filósofos Strawson (1950), Wittgenstein (1958) e Grice (1957/1975). Sobre a filosofia da mente, Costa (2005, p.8) conceitua: “A filosofia da mente consiste em reflexões conjecturais acerca dos estados (eventos, processos, disposições) mentais, que em conjunto constituem o que chamamos de mente”.

Ainda, sobre Wittgenstein, há duas fases diferentes: na primeira o filósofo dedicavam-se ao estudo da semântica e, na segunda, passou a dedicar-se aos estudos pragmáticos. Entre os pragmaticistas clássicos, além de Wittgenstein, estão Grice, Austin, Strawson e Searle.

Grice, assim como Wittgenstein e Strawson, é um filósofo da mente. Esse filósofo teve, em seus estudos, influência de Aristóteles e Platão, e formalizou uma teoria: Teoria das Implicaturas. Brandão escreve sobre a Pragmática Inferencial de Grice:

No seu texto “Lógica e Conversação” (1975) afirma [Grice] que quando um locutor fala, ele fala com uma intenção e procura fazer com que seu ouvinte reconheça na sua fala esta intenção. É importante ressaltar, nesta colocação de Grice, dois elementos: a intenção do locutor quando fala e o reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte. (BRANDÃO, 2004, p.170, colchetes da autora)

Ainda sobre a relação entre Semântica e Pragmática referente às inferências: as inferências lógico-semânticas são necessárias e sustentadas pelo explícito; a pragmática forte, que depende do contexto, é sustentada pelo explícito e pelo inferível, que parte do dito e, então, a partir dele, permite a criação de premissas e conclusões; e a pragmática fraca é mais dependente de contexto e de conhecimento subjetivo do ouvinte, não partindo, necessariamente, do dito por

permitir considerar questões como conhecimento de mundo e situações do contexto.⁴

Sobre as relações entre Semântica e Pragmática, Pinto explica:

Ao travar contato com o círculo de filósofos de Viena, Morris sabe da proposta de Rudolf Carnap de dividir as investigações sobre a linguagem em três campos: a Sintaxe, que trataria da relação lógica entre as expressões; a Semântica, que trataria da relação entre expressões e seus significados; e a Pragmática, que estaria responsável por tratar da relação entre expressões e seus locutores e locutoras. (PINTO, 2012, p. 60)

A contextualização da Pragmática permite compreender como se constroem as relações nesse subcampo, tendo como algumas das relações a influência da Lógica no modelo inferencial dedutivo de Grice (1957/1975) e as relações interdisciplinares abordadas.

Na subseção a seguir, busca-se refletir sobre a Pragmática por meio de aspectos como definições do termo, delimitando, assim, o objeto de estudo dessa subárea. Para isso, há uma análise de algumas definições de abrangência da Pragmática feitas por teóricos reconhecidos para, após, discutir o ponto central desse estudo: as inferências.

2.2.2 Pragmática - Definição e Objeto de Estudo

Nas subseções anteriores, buscou-se explicitar, de maneira breve, a interface semântico-pragmática, definindo como essas duas subáreas da Linguística estão interligadas e suas principais diferenças. Após a compreensão dessa grande interface que envolve o trabalho, apresenta-se, nessa subseção, definições do objeto de estudo da Pragmática a fim de melhor entender os postulados dos autores que serão trabalhados e seus modelos teóricos. Cria-se, para isso, uma restrição na discussão de teóricos ligados à Pragmática, sendo necessário delimitar as principais definições, postulados e teóricos a fim de relacioná-los com este trabalho, definindo, assim, um recorte teórico da Pragmática necessário à compreensão desta dissertação.

⁴ Comunicação realizada durante uma aula ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Campos da Costa na disciplina de História e Filosofia da Linguística, na PUCRS, em 2016/01

A Pragmática pode ser definida dentre várias maneiras, considerando seu objeto de estudo ou seu objetivo. Dentre as definições destacam-se: a Pragmática estuda o modo como os falantes apresentam seu enunciado, estuda o contexto e atitudes dos usuários da língua, ou seja, como se usa a linguagem na comunicação. São estudados, nessa subárea, enunciados reais, isto é, estuda-se o uso da linguagem no contexto comunicativo ao qual ela está inserida. As definições aqui desenvolvidas do termo “Pragmática” são extraídas de Levinson (2007). Após as definições devidamente analisadas, será possível desenvolver uma definição própria que caracterize esse trabalho, mostrando seu foco dentro da Pragmática.

Charles Morris (1938) é responsável, segundo Levinson (2007), pelo uso moderno do termo Pragmática, compreendendo-a como um dos ramos da ciência dos signos (semiótica), que seria composta pela Sintaxe, pela Semântica e pela Pragmática. À Pragmática cabe a função de estudar a relação de signos com os intérpretes. Morris, ainda, expandiu o objeto da pragmática para envolver fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos dos signos. Entretanto, essa ampliação do autor não corresponde ao estudo da Pragmática atual, pois entraria no campo da Psicolinguística, Sociolinguística, Neurolinguística e outros.

Após, Carnap (1938), que era filósofo e lógico, adotou uma versão diferente, explicando que a Pragmática está presente quando há referência explícita ao falante. De acordo com Levinson:

A propósito, já nos usos de Morris e Carnap pode-se encontrar uma tripla ambiguidade: o termo pragmática foi aplicado não apenas a ramos de investigação (como na diferença entre pragmática e semântica), mas também a características da linguagem-objeto (ou linguagem sob investigação). (LEVINSON, 2007, p. 4)

A exigência da referência aos usuários nos estudos dos aspectos da linguagem levou a uma restrição do termo na filosofia analítica. Entende-se essa observação por meio do seguinte exemplo: “Eu sou Cleópatra; Cleópatra é egípcia; portanto, eu sou egípcia” só é verdadeiro se as duas premissas iniciais forem verdadeiras e se o falante da conclusão for o mesmo da primeira premissa. Esses termos referenciais são chamados de dêiticos, portanto, no exemplo, “eu” é um dêitico.

Seguindo no estudo dos dêiticos, Bar-Hillel (1954) entendeu a Pragmática como o estudo das linguagens, naturais e artificiais, que contêm dêiticos. Essa

concepção de Pragmática foi adotada também por Kalish (1967) e por Montague (1968). Segundo Levinson:

Para resumir, muitos usos distintos do termo pragmática originaram-se da divisão original da semiótica feita por Morris: o estudo do enorme leque de fenômenos psicológicos e sociológicos envolvidos nos sistemas de signos em geral ou na linguagem em particular (sentido que o termo assume na Europa continental), o estudo de certos conceitos abstratos que fazem referência aos agentes (um dos sentidos de Carnap), o estudo dos termos indiciais ou dêiticos (o sentido de Montague) ou, finalmente, o uso recente na linguística e na filosofia anglo-americanas. (LEVINSON, 2007, p. 6)

Tradicionalmente, a Pragmática é definida como o estudo do uso linguístico. Outra definição seria a Pragmática como o estudo dos princípios que explicarão porque certo conjunto de sentenças é anômalo ou não (Levinson, 2007). As anomalias pragmáticas dependem do contexto, ou seja, criam-se anomalias quando não há um contexto comum para que as enunciações sejam adequadamente utilizadas. Apesar de esse conceito ilustrar o princípio da Pragmática (importância do contexto), essa definição não se enquadra como uma boa definição da área, pois as anomalias pragmáticas são pressupostas e não explicadas.

Em uma perspectiva funcional, a Pragmática tenta explicar facetas da estrutura linguística por referência a pressões e causas não linguísticas. Essa definição não distingue a Pragmática de outras disciplinas envolvidas com abordagens funcionais da linguagem, como a Psicolinguística e a Sociolinguística.

Uma distinção interessante acerca da Pragmática é definida por Levinson (2007), que distingue essa subárea em Pragmática Universal e Pragmática Específica. A Pragmática Universal refere-se à teoria geral de quais aspectos do contexto são codificados e a maneira como isso ocorre, já a Pragmática Específica refere-se a propriedades específicas das línguas, como a existência de palavras relacionadas ao *status* social em determinadas línguas (LEVINSON, 2007).

Ainda, pode-se definir Pragmática como o estudo dos aspectos dos significados não capturados em uma teoria semântica. Essa definição contrária, de certa forma, o que foi definido anteriormente no subcapítulo “Interface entre Semântica e Pragmática”, em que há uma proposta de interface entre essas áreas devido ao seu objeto de estudo em comum: o significado. Apesar de acreditar que a Pragmática vai além do conceito de significado estático proposto pela Semântica, já que inclui o contexto, é necessário admitir que aquela não sobrevive sem essa por serem interdependentes em algumas teorias, como na Teoria das Implicaturas Generalizadas de Levinson (2000).

Levinson (2007, p. 25) apresenta uma definição que encaixa na proposta desse trabalho: “A pragmática é o estudo das relações entre língua e o contexto que são básicas para uma descrição da compreensão da linguagem”. Partindo do pressuposto que compreender a linguagem envolve fazer inferências que estarão ligadas ao que é dito e ao que é mutuamente suposto entre interlocutores ou ao que foi dito antes, percebe-se a nítida importância dada às inferências, objeto de estudo dessa dissertação, e ao contexto, fundamental motivador de questões pragmáticas.

A Pragmática necessita de duas características fundamentais para enquadrar-se como tal: o contexto e o estudo do enunciado. O contexto é importante porque é o que define algo como pertencente ao campo da Pragmática, pois, como foi visto anteriormente, ela amplia o estudo do significado realizado pela Semântica incluindo-o ao estudo do significado antes estático. Ainda, o enunciado caracteriza-se como tal por pertencer à comunicação real, isto é, à língua em uso e não apenas no estudo do significado estático.

O modo como alguém declara algo pode ser fundamental para a compreensão do que foi dito, pois nos enunciados as pessoas sempre imprimem sua visão particular e subjetiva e seus conhecimentos, sendo de suma importância para a Pragmática o estudo do modo como o falante profere seu enunciado. O estudo desse campo vai além do que é dito, concentrando-se no não-dito, o que torna as inferências um importante objeto de estudo da Pragmática. O dito é o que as pessoas costumam enunciar e o não-dito é o que está por trás do que foi enunciado, por exemplo: “João é homem, mas não é machista”. É possível compreender, por meio desse enunciado, o que está dito: João é homem e João não é machista, mas pode-se ir além do que está dito, entendendo que o enunciador dessa declaração considera que os homens, geralmente, são machistas. Podemos perceber isso por meio do conectivo “mas”, que tem por função declarar uma quebra de expectativa: homens, geralmente, são machistas; porém, João é homem e não é machista. Por meio do dito, é possível, portanto, compreender o que está por trás do enunciado: o não dito.

Sabendo disso, esse trabalho destina-se ao estudo do não dito: as inferências pragmáticas. O estudo das inferências tem um papel importante para a comunicação, pois ajuda a compreender como ocorrem as trocas de comunicações reais, ou seja, o estudo dá-se por meio do contexto e de situações reais, permitindo um grande ganho para a comunicação. A definição de Pragmática que melhor se

encaixa nesse estudo é, de maneira resumida, a Pragmática como o estudo do uso da linguagem, considerando contextos e dedicando-se ao além do dito, isto é, considera-se, neste trabalho, as definições mais atuais da Pragmática, como visto anteriormente.

Definidas as funções desse campo de estudo e o objeto de estudo dessa dissertação - as inferências em uma interface griceana, neogriceana e pós-griceana -, passa-se à subseção dedicada à definição das inferências, que são objeto de estudo da Pragmática e, por conseguinte, desse trabalho.

A seguir, será abordada a noção de inferências de um ponto de vista geral, com definições lógicas e pragmáticas acerca da inferenciação e sob um olhar mais global para que, no próximo capítulo, seja possível abordar as inferências de acordo com cada teoria estudada.

2.3 INFERÊNCIAS

Inferir é o processo de derivar uma conclusão a partir de premissas. Essas premissas funcionam como pistas que permitem ao leitor compreender seus encadeamentos. Por meio das inferências, os leitores fazem suas suposições acerca do texto, podendo, assim, confirmá-las ou não.

A inferência pode ser observada segundo algumas perspectivas defendidas por Costa (2016 - comunicação verbal⁵), sendo que as perspectivas formal, cognitiva ou sócio-comunicativa. Segundo o teórico, na perspectiva formal, a inferência pode ser entendida como um argumento dedutivo cotidiano; na perspectiva cognitiva, a inferência é compreendida como uma operação mental de raciocínio; e na perspectiva sócio-comunicativa, a inferência é parte da interação dialógica.

As inferências formais são monotônicas, necessárias e não-canceláveis. Isto é, ao adicionar uma nova premissa, não pode haver uma redução na conclusão destas inferências, sendo estas necessárias ao cálculo dedutivo e não podendo as premissas serem negadas ao longo do processo inferencial. As inferências formais podem ser demonstradas por meio de regras de derivação para a dedução natural, como a regra de Modus Ponens e Modus Tollens:

⁵ Comunicação realizada durante uma aula ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Campos da Costa na disciplina de História e Filosofia da Linguística, na PUCRS, em 2016/01.

(1) Regra de Modus Ponens:

a) Descrição:

Se eu tenho P, então tenho Q. Tenho P, então Q.

b) Forma Lógica:

 $P \rightarrow Q$

P

Q

c) Exemplo em Linguagem Natural:

Se a PUCRS é uma Universidade, então tem alunos. ($P \rightarrow Q$)

A PUCRS é uma Universidade. (P)

A PUCRS tem alunos. (Q)

(2) Regra de Modus Tollens:

a) Descrição:

Se eu tenho P que leva a Q, e não tenho Q, então não tenho P.

b) Forma Lógica:

 $P \rightarrow Q$ $\sim Q$

 $\sim P$

c) Exemplo em Linguagem Natural:

Se a PUCRS é uma Universidade, então tem alunos. ($P \rightarrow Q$)A PUCRS não tem alunos. ($\sim Q$)Então a PUCRS não é uma Universidade. ($\sim P$)

Os exemplos dados aqui são referentes ao processo inferencial em interface com a Lógica. As inferências, neste caso, não dependem do conteúdo e são chamadas de inferências formais. Nessa perspectiva, o processo inferencial representa o raciocínio lógico que leva premissas (P) a conclusões (Q) e os passos são explicitados por regras de dedução natural.

As inferências que ocorrem em interface com as Ciências Sociais e Cognitivas são chamadas de inferências naturais, pois, ao contrário das inferências

formais, são dependentes da linguagem natural. Na perspectiva sócio-comunicativa, as inferências são estudadas nas interações entre falantes, considerando o contexto em que ocorrem e o conhecimento prévio dos interlocutores, não sendo tão rigorosas como as inferências dedutivas da Lógica, pois podem ser canceladas. O cancelamento de inferências dá-se pelo fato de as inferências naturais serem fortes ou fracas, podendo variar seu nível de força, e, assim, serem canceladas. As inferências fortes podem depender de contexto, mas são regidas pelo conteúdo explícito e são facilmente inferíveis, enquanto as inferências fracas são mais dependentes do contexto e do conhecimento subjetivo do receptor. A seguir, é apresentado um diálogo a fim de demonstrar a possibilidade de cancelamento de inferências pragmáticas fortes, pois são apresentadas informações explícitas que levam o receptor a determinada conclusão, posteriormente negada, a fim de exemplificar como pode ocorrer o cancelamento deste tipo de inferência, ressaltando que apenas as inferências lógicas não podem ser canceladas.

(3) Diálogo de cancelamento de inferências pragmáticas:⁶

A: Felipe ainda está na festa?

B: Já é tarde, a maioria dos convidados já foi para casa.

Premissa a: Poucos convidados estão na festa pois é tarde (dito).

Contexto: A sabe que Felipe costuma voltar cedo para casa.

Premissa b: Já é tarde e Felipe costuma voltar cedo para casa (conhecimento prévio).

Inferência: Felipe já foi para casa, pois há poucas pessoas na festa e já é tarde.

C: Felipe está na pista de dança.

Conclusão: Felipe ainda está na festa.

Apesar de, no diálogo acima, haver fortes premissas indicando que Felipe já tivesse ido embora da festa, essa hipótese é cancelada com uma nova informação introduzida por C: “Felipe está na pista de dança”. Essa informação induz a uma nova conclusão: “Felipe ainda está na festa”. Isso ocorre porque as inferências pragmáticas, mesmo quando fortes como é o caso dos quantificadores (poucos)

⁶ Diálogo hipotético criado para exemplificar o cancelamento de inferências pragmáticas.

podem indicar interpretações preferidas, mas estas sempre poderão ser canceladas por não se tratarem de inferências lógicas. Ao trazer uma informação adicional, os falantes são capazes de modificar suas hipóteses de modo a alterar totalmente a conclusão chegada a partir das premissas, o que faz com que a inferência seja cancelada e uma nova seja elaborada.

As inferências naturais, numa perspectiva de interface comunicativo-social, consideram as intenções do falante e o contexto no qual a interação acontece, não estando presas ao valor semântico explícito das proposições. Na perspectiva de interface com as Ciências Cognitivas, porém, as inferências são propriedades naturais da cognição humana e ocorrem, portanto, no cérebro quando a linguagem é processada. É importante ressaltar que, na interface sócio-comunicativa, a inferência ocorre com o auxílio da memória, ou seja, do conhecimento de mundo, dos falantes para que se compreenda os enunciados. Já na interface cognitiva, a inferência é vista como uma propriedade natural da linguagem humana, estando presente na realização dos processos mentais. A interface cognitiva nas inferências será revista no decorrer do trabalho, pois está presente na Teoria da Relevância (1995), de Sperber e Wilson, já que estes autores defendem que as pessoas possuem uma construção psicológica decorrente de suas suposições em relação ao mundo, acessando-as no processo inferencial para que as premissas sejam formuladas a fim de auxiliar os interlocutores a interpretar os enunciados.

Ainda, as inferências podem ser consideradas lógicas, semânticas ou pragmáticas, sendo possível serem confirmadas ou negadas a partir das pistas do texto (premissas). As inferências lógicas, ou dedutivas, quando partem de premissas verdadeiras, são sempre verdadeiras, não podendo ser canceladas. As inferências pragmáticas, no entanto, partem de suposições e, como foi visto anteriormente, um novo enunciado pode, facilmente, cancelá-las. No enunciado “João comeu e sentou”, por exemplo, há duas explicações: a explicação lógica que defende que a ordem não é significativa, ou seja, que a ordem não irá mudar a compreensão da proposição, e a explicação segundo a linguagem natural, que é determinada pela ordem. Nesse enunciado, por exemplo, compreende-se, por meio da linguagem natural, que primeiro João comeu para, depois, sentar-se. Esse entendimento, entretanto, não ocorre na visão lógica.

O que ocorre no processo de inferenciação é uma operação realizada pelo receptor do enunciado que, por meio de seu conhecimento de mundo, estabelece

uma relação não explícita entre dois elementos a fim de compreender o que foi dito. Silveira explica a diferença entre os processos de inferenciação e de decodificação:

O processo de inferenciação é bem diferente do processo de decodificação: enquanto na decodificação toma-se um sinal como *input* e produz-se, como *output*, uma mensagem associada com o sinal por meio de um código subjacente, que deve ser mutuamente conhecido pelos interlocutores; na inferenciação, toma-se um conjunto de premissas como *input* e produz-se, como *output*, um conjunto de conclusões que são garantidas pelas próprias premissas. (SILVEIRA, 2007, p. 32).

A decodificação é regida pelo modelo de código. Este modelo apresenta problemas para a comunicação por depender do conhecimento mútuo entre os participantes da comunicação. O conhecimento mútuo, entretanto, é difícil de ser assegurado, pois não há garantias, durante uma conversa, do conhecimento dos interlocutores acerca dos assuntos discutidos, isto é, mesmo que haja um acordo cooperativo sobre determinado assunto entre os interlocutores, é difícil delimitar a profundidade e a extensão de tal conhecimento, pois não é possível saber o que, exatamente, é de comum entendimento.

Para compreender o que é comunicado por meio do não-dito, é necessário abordar modelos inferenciais a fim de descrever e explicar como se chega a tal compreensão: a noção de inferência é o alicerce da Pragmática. Quando alguém fala “Está quente aqui.”, pode-se inferir que o locutor está pedindo para que abra a janela, ligue o ventilador ou o ar-condicionado, ou seja, esse enunciado vai além do dito “está quente nesse lugar”, apresentando-se como um pedido para que alguém solucione esse problema “calor”.

As inferências podem ser classificadas, ainda, em: dedutivas, elaborativas ou conversacionais. As inferências dedutivas estão relacionadas com a Lógica e com a Semântica das condições-de-verdade; as inferências elaborativas estão ligadas à psicologia e à Inteligência Artificial; e, finalmente, as inferências conversacionais estão associadas aos processos inferenciais abduativos e a questões de adequação, pertencendo, portanto, ao campo da Pragmática (CUMMINGS, 2005).

A seguir, a dissertação abrangerá as inferências pragmáticas na perspectiva de Grice, Sperber & Wilson e Levinson. Este estudo das inferências ocorrerá de forma a que se possa entender melhor as diferenças entre esses autores e analisar, posteriormente, artigos experimentais envolvendo as inferências com base nas

teorias utilizadas ao longo desse trabalho. O próximo capítulo abrangerá as noções básicas da Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975), da Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995) e da Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000), e o modo como as inferências são descritas por esses autores. Após, há uma discussão acerca da noção de interface intrapragmática (griceana, pós-griceana e neogriceana), de modo a compreender suas delimitações, nomenclaturas e constituição.

3 GRICE E TEORIAS PÓS E NEOGRICEANAS: UMA INTERFACE

A interface griceana, pós-griceana e neogriceana, representada, aqui, respectivamente, por Grice (1957/1975), Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000) é a interface principal dessa dissertação, pois analisa a Pragmática de uma maneira mais ampla, considerando seus diferentes segmentos, como os modelos inferenciais (Grice e Levinson) e cognitivo (Sperber & Wilson) e o modo como os estudos pragmáticos evoluíram. Isso é possível porque parte-se do estudo de Grice para formar-se teorias que o perpassa, como a Teoria da Relevância e as Implicaturas Conversacionais Generalizadas (ou Implicaturas *Default*).

Grice (1957/1975) é um dos principais representantes dos estudos pragmáticos por ser pioneiro no estudo do além do dito, isto é, das inferências – ou implicaturas, como este as chama. A partir do Princípio Cooperativo de Grice (1975), que postula a possibilidade de implicaturas a partir de sua violação para que assim compreenda-se algo que está além do dito, foram criadas as teorias pós e neogriceanas.

Partindo dos princípios griceanos, Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000) ampliam noções postuladas por seu antecessor, como a categoria da relação e as Implicaturas Conversacionais Generalizadas. Apesar de ambas partirem de estudos griceanos, elas não seguem a mesma linha de abordagem, sendo Sperber & Wilson os autores que se distanciam do modelo inferencial abordado por Grice (1957/1975), utilizando-se de uma abordagem cognitiva. Levinson (2000) segue a linha de abordagem inferencial, mas amplia os postulados anteriores de modo a criar o terceiro nível do significado e acreditar que as implicaturas conversacionais generalizadas possuem interpretações preferidas (ou padrões), que seriam as primeiras hipóteses a serem seguidas, de um modo geral, entre os falantes, criando, assim, as implicaturas *default*.

A seguir, serão abordadas as três teorias: Teoria das Implicaturas, Teoria da Relevância e Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas para, então, comparar o modo como cada uma dessas teorias aborda a noção de inferência conversacional generalizada, por meio de uma análise de como estas teorias estão ligadas em diálogo sob a noção de inferência conversacional generalizada e suas relações provenientes da teoria base griceana, o que permite as classificações das teorias estudadas como neo e pós-griceanas.

3.1 A TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE

Herbert Paul Grice é um importante filósofo da linguagem, possuindo duas importantes obras para a pragmática: *Meaning* (1957) e *Logic and Conversation* (1975). O filósofo é responsável por um dos modelos inferenciais mais representativos do século XX: seu modelo inferencial demonstrativo é regido por algumas restrições lógicas, de um formalismo rigoroso, que possibilitam o julgamento de inferências como válidas ou inválidas.

Inicialmente, Grice (1957) se propôs a estudar o significado, classificando-o em significado natural e significado não-natural. O significado natural pode ser compreendido como a conexão natural entre os fatos, enquanto que o significado natural refere-se à significação não natural de convenções que associam fatos sem relações naturais entre si, sendo este último o que possibilita a comunicação humana. Após, o autor dedicou-se ao estudo das implicaturas.

Por meio da Teoria das Implicaturas, busca explicar como o significado é alcançado, dedicando-se ao estudo do não-dito, ou seja, do que vai além do que é dito explicitamente. Grice constrói, assim, uma categoria de inferências pragmáticas conhecidas como implicaturas. As implicaturas são, de acordo com o filósofo, proposições que estão implicadas pelo enunciado de uma frase em um determinado contexto, ainda que essa proposição não faça parte do que é efetivamente dito. Grice definiu a noção de implicatura com a pretensão de desenvolver um conjunto de noções teóricas que justifiquem um modelo inferencial de comunicação.

Por meio da noção de inferências, é possível entender como os enunciados podem comunicar os conteúdos explícitos e implícitos das mensagens. Essas inferências são possíveis devido a um acordo de cooperação entre falante e ouvinte conhecido como Princípio de Cooperação: “Make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged.”⁷ (GRICE, 1975, p. 45). O Princípio de Cooperação foi apresentado na tentativa de compreender como as pessoas são capazes de entender mais do que é explicitamente dito e este princípio é regido por quatro categorias: quantidade, qualidade, relação, maneira, e suas máximas.

⁷ Tradução: Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

De acordo com Grice (1975), a categoria quantidade relaciona-se com a quantidade de informação a ser fornecida. Essa categoria possui duas máximas, são elas:

a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido;

b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido. Em situações cotidianas, pode-se entender essas noções como a instrução “falar apenas o que é necessário”. Na prática, pode-se elaborar a seguinte situação comunicativa de acordo com essas máximas:

(4) Diálogo das máximas: ⁸

Maria: João, como faço para ir a Porto Alegre?

João: Para ir a Porto Alegre, você deve pegar a rua X, dobrar na esquina Y e seguir reto.

Note que João responde apenas o necessário para Maria, não perguntando qual o motivo de Maria querer ir a Porto Alegre, nem mencionando ruas que - hipoteticamente - não seriam fundamentais para o caminho a ser percorrido por Maria até chegar a Porto Alegre.

Segundo Grice (1975), sob a categoria da qualidade recai uma supermáxima - tente fazer uma contribuição que seja verdadeira - e duas máximas específicas:

a) Não diga aquilo que você acredita ser falso;

b) Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada. Retomemos, para explicar essa categoria, o diálogo (4): para seguir as máximas de qualidade, é necessário que João tenha respondido corretamente as ruas pelas quais Maria passará para chegar a Porto Alegre.

A categoria de relação possui uma única máxima: Seja relevante. No diálogo (4), isso consiste em não apresentar ruas que são desnecessárias para o percurso, nem perguntar à Maria questões que não tenham relação com o assunto “como chegar em Porto Alegre”. Essa categoria será, posteriormente, rebatida por Sperber & Wilson, acrescentando pontos importantes sobre esse estudo.

A quarta categoria é conhecida como categoria de maneira/modo e é relacionada, essencialmente, a como algo é dito (e não ao que é dito). Ou seja, a

⁸ Diálogo hipotético criado para exemplificar algumas noções do Princípio de Cooperação.

categoria de maneira observa a forma: como o que é dito deve ser apresentado. Para essa categoria, há uma supermáxima: seja claro, e outras máximas, como:

- a) Evite obscuridade de expressões;
- b) Evite ambiguidade;
- c) Seja breve;
- d) Seja ordenado.

Retomando o diálogo (4), João precisa ordenar a rota apresentada a Maria de maneira que ela siga o caminho correto. Ainda, João sabe que Maria não tem conhecimento de como chegar a Porto Alegre; isso acarreta uma escolha das ruas apresentadas por João de maneira que Maria possa se localizar mesmo sem conhecer algumas ruas da cidade.

De acordo com o autor, os diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de declarações desconexas e, ainda, não seria racional se assim o fossem. As trocas, são, portanto, esforços de cooperação e cada participante reconhece nesses esforços um objetivo comum que pode se fixar desde o início da conversa (forma justa) e que pode evoluir durante a troca conversacional (forma considerável). Isso justifica o Princípio de Cooperação, pois, nessas trocas, há o acordo de cooperação entre falante e ouvinte, respeitando as categorias e as máximas definidas por Grice.

É importante ressaltar que as máximas não são prescritivas, ou seja, não são algo que deve ser, obrigatoriamente, seguido. Para Grice, as pessoas dialogam por meio do princípio cooperativo, isto é, este princípio é observado na linguagem natural, sendo, portanto, algo normalmente seguido. Nos casos em que ocorre violação das máximas, há, ainda assim, a busca pela cooperação. Segue o exemplo:

(5) Diálogo da violação das máximas⁹:

A: Onde está Maria?

B: Há um carro prata na frente da casa dela.

Nessa situação, as inferências preservam o princípio cooperativo. Apesar de haver violação das máximas de quantidade e de relevância, pois B não responde

⁹ Diálogo hipotético criado para exemplificar como ocorre a violação das máximas do Princípio de Cooperação.

o que A perguntou e, ainda, dá mais informações do que supostamente necessário, há uma busca pela cooperação. O que ocorre nesse caso é que B não sabe onde está Maria, mas, mesmo assim, tenta cooperar com a pergunta de A e responde algo que pode ajudar A a inferir a resposta: se tem um carro prata na frente da casa de Maria, ela, provavelmente, está recebendo visita; logo, está em casa ou Maria tem um carro prata, então ela está em casa. As inferências que ocorrem nesse processo são denominadas, por Grice, de implicaturas.

Como foi analisado ao longo desse capítulo, Grice postula o Princípio de Cooperação, suas categorias e máximas como algo essencial para uma boa troca conversacional e como parte da linguagem natural. Ainda, afirma que é possível escolher entre seguir as máximas ou não, ou seja, é uma questão de escolha e essas escolhas se dão de acordo com os objetivos do falante e do ouvinte, como foi analisado no exemplo anterior em que B necessita não seguir algumas máximas para poder cooperar de maneira eficiente com A. As implicaturas causadas por essa preservação da cooperação são de dois tipos: implicaturas conversacionais e convencionais e serão discutidas a seguir.

3.1.1 Implicaturas Griceanas

Grice (1957/1975) propõe um modelo inferencial demonstrativo, ou seja, regido por restrições lógicas, possibilitando o julgamento de inferências como válidas ou inválidas. As implicaturas, para o autor, partem do dito indo além dele, podendo ser convencionais ou conversacionais.

As implicaturas são proposições que estão implicadas pelo enunciado de uma frase em um contexto mesmo que essa proposição não faça parte do que é efetivamente dito, ou seja, pode estender-se ao além do dito. As implicaturas são, portanto, uma tentativa de explicar como o significado é alcançado. Porém, em alguns casos, torna-se necessário quebrar alguma máxima a fim de preservar o princípio cooperativo, exigindo, portanto, o processo de inferenciação por parte do ouvinte.

Silveira e Feltes (1999, p. 25) definem implicatura convencional como uma implicatura “em que o significado linguístico das palavras constituintes do enunciado contribui direta e decisivamente para a interpretação adequada do mesmo”. E

descrevem (Silveira e Feltes, 1999, p.25) implicatura conversacional generalizada como uma implicatura que “depende, em alguma medida, das pistas linguísticas para a compreensão”. Ainda, há a implicatura conversacional particularizada, que depende, além das pistas linguísticas, do contexto no qual os falantes estão inseridos.

As implicaturas convencionais são regidas pelos operadores, ou seja, pelos conectivos: Maria é casada, mas não é feliz. Esse enunciado tem como implicatura, por meio do operador “mas”, que pessoas casadas, *geralmente*, são felizes. É importante ressaltar que, se for seguir a inferenciação lógica, a palavra “geralmente” torna-se essencial, pois, se a retirasse, negar-se-ia a premissa de que “Maria é casada” já que o operador “mas” cria o efeito de que pessoas casadas *tendem* a serem felizes, o que não é o caso de Maria. Portanto, segue-se a importância das palavras “tendem” e “geralmente” a fim de não contradizer a premissa de que mesmo Maria sendo casada, não é feliz. Estas implicaturas são presas à força convencional do significado das palavras e são reconhecidas pelo ouvinte por meio de seu conhecimento linguístico, não dependendo de cálculo dedutivo. Esse tipo de implicatura se difere das implicaturas conversacionais pelo fato de não assumirem que o falante esteja observando o Princípio de Cooperação. Ainda, é importante ressaltar que a fronteira entre as implicaturas conversacionais generalizadas e as implicaturas convencionais é tênue.

As implicaturas, todavia, conversacionais são consideradas externas ao sentido literal do enunciado e são determinadas por certos princípios básicos da comunicação. Essas implicaturas são denominadas generalizadas, quando não dependem de contexto específico, e particularizadas, quando são dependentes de contexto.

As implicaturas conversacionais possuem cinco propriedades: calculabilidade, cancelabilidade, não-destacabilidade, indeterminabilidade e não-convencionabilidade. Essas propriedades serão explicadas a seguir: (i) calculabilidade é o processo que possibilita construir um argumento. Esta propriedade permite a construção de uma forma de cálculo, em que, por meio de um processo inferencial, torna-se possível a dedução da implicatura. (ii) Cancelabilidade significa que uma implicatura conversacional pode ser cancelada em um contexto particular por meio do acréscimo de um enunciado que afirma ou implica que o falante abandonou o que havia implicado anteriormente. (iii) Não-destacabilidade é

uma propriedade das implicaturas conversacionais por estas estarem ligadas ao conteúdo semântico do que é enunciado e não exclusivamente à forma como são apresentadas. Isto significa que a implicatura permanecerá mesmo que se diga a mesma coisa por meio de paráfrases ou sinônimos. (iv) Indeterminabilidade significa afirmar que as implicaturas são alteradas de acordo com o contexto. Essa propriedade é comum nos casos de subentendidos. Por fim, a (v) não-convencionalidade é a diferença estabelecida entre as implicaturas convencionais e conversacionais, não fazendo parte do significado convencional das palavras que formam o enunciado, como as expressões idiomáticas (SILVEIRA, 2007).

As implicaturas conversacionais, como foi referido anteriormente, se subdividem em dois tipos: generalizadas e particularizadas. As implicaturas conversacionais generalizadas (que não dependem de um contexto particular e se caracterizam pela não quebra das máximas, pressupondo a presença de um código) e as implicaturas particularizadas (que exigem informações de um contexto específico para serem calculadas). Seguem os exemplos:

(6) Maria vai a um casamento hoje.

Esse enunciado refere-se a uma implicatura conversacional generalizada e sugere que o casamento não é de alguém tão familiar, pois, senão, estaria especificado o nome dos noivos ou sua função familiar.

(7) Maria está bem hoje.

Esse enunciado consiste em uma implicatura conversacional particular, pois é altamente dependente de contexto: se alguém diz “Maria está bem hoje”, é provável que algo aconteceu com Maria e que ela não estava bem ontem por diversos motivos: estava triste, doente, foi despedida, etc.

A noção de implicatura de Grice foi criada com a pretensão de desenvolver um conjunto de noções teóricas que justificassem um modelo inferencial de comunicação, indo além do mecanismo de decodificação proposto por Shannon e Weaver (1949), Jakobson e Halle (1956), Jakobson (1985).

Grice (1975) aborda como noção base de sua teoria a implicatura, introduzindo termos como implicitar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicado (*implicatum*) e, a partir dessa base, forma-se o Princípio de Cooperação. A partir desses três termos, o autor organiza sua explicação sobre o dito, isto é, a proposição em seu valor semântico, chamada de convencional ou literal; e o

implicado, ou seja, o que vai além da determinação das condições-de-verdade, sendo derivado a partir do contexto.

Grice propôs uma alternativa ao modelo de código, descrevendo a comunicação por meio do cálculo das intenções do falante realizado pelo ouvinte por meio da inferência. O que o falante diz, de acordo com Grice (1975), está relacionado ao significado convencional das palavras ou sentenças enunciadas, mostrando que o dito é a parte do significado verificável por meio das condições-de-verdade. Ainda, o significado convencional da sentença não é determinado apenas pelo dito, mas, também, pelo convencionalmente implicado. Implicar significa dizer que um enunciado é capaz de produzir mais significado do que aquilo que foi dito.

- Exemplificando:

Contexto: A chega correndo na parada, aparentemente atrasado e encontra B que sabe qual ônibus A costuma pegar.

(8) Diálogo das Implicaturas¹⁰:

A: “Que horas são?”

B: “O ônibus já passou.”

Ao responder “O ônibus já passou.”, B implica:

- i)** sabe que A não deseja saber apenas qual é o horário exato do relógio;
- ii)** sabe que A quer saber sobre o ônibus que B sabe que A costuma pegar;
- iii)** com a resposta, A fica ciente de que perdeu seu ônibus.

Se fossem considerados apenas aspectos do dito, não seria possível explicar a resposta de B, pois esse sujeito não inferiria que A queria saber sobre seu ônibus e não sobre o horário como perguntara.

As implicaturas podem ocorrer em três tipos de situações considerando a relação entre os interlocutores e o Princípio de Cooperação:

- i)** quando nenhuma máxima é (aparentemente) violada;
- ii)** quando uma máxima é violada para preservar outra;
- iii)** quando uma máxima é violada propositalmente para produzir uma implicatura conversacional.

¹⁰ Diálogo hipotético criado para exemplificar as implicaturas.

O modelo inferencial de Grice dá-se pela ideia de que existe uma lacuna entre a construção linguística do enunciado produzido pelo falante e a compreensão do ouvinte. Essa lacuna no processo de interpretação deve ser preenchida, então, por inferências. Por meio dessa noção, é possível entender como os enunciados podem comunicar os conteúdos explícitos e implícitos das mensagens.

Grice e Levinson focam seus estudos na implicatura, que é uma inferência que parte do dito. A seguir, serão apresentadas as principais noções da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995), como os princípios cognitivo e comunicativo, o conceito de Relevância, balanceamento entre custo e benefício e comunicação ostensiva. Assim, após esta revisão, discutir-se-á o modo como esta teoria aborda questões relacionadas às inferências e, por conseguinte, o processo de interpretação.

3.2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER & WILSON

A Teoria da Relevância (TR), de Sperber e Wilson introduziu uma nova perspectiva para a abordagem comunicacional. A teoria teve início como uma resposta a algumas questões levantadas na abordagem de Grice, que pouco desenvolveu a máxima de Relação, “ser relevante”, sendo que esta escondia uma série de problemas que serão discutidos por Sperber & Wilson.

A teoria da relevância começou simplesmente como uma tentativa de dar resposta a algumas destas questões levantadas pela abordagem de Grice, mas acabou por ficar com um aspecto muito diferente. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 10)

A Relevância é uma propriedade potencial de enunciados, pensamentos, memórias e conclusões de inferências. Por isso, qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um *input* aos processos cognitivos pode ser relevante para alguém em algum momento. Os enunciados geram expectativas de relevância porque a busca da relevância é uma característica básica da cognição humana. Um *input* é relevante quando se conecta com informações antigas disponíveis, produzindo, assim, conclusões importantes ao indivíduo, como responder algo que a pessoa tenha em mente, aumentar o conhecimento em certo tópico, esclarecer alguma dúvida, confirmar ou corrigir algo. Para a TR, um *input* é

relevante quando “seu processamento, em um contexto de suposições disponíveis, produz um efeito cognitivo positivo” (Wilson & Sperber, 2005, p. 223). Por efeito cognitivo positivo entende-se uma diferença vantajosa na representação de mundo, como uma conclusão verdadeira.

Alguns dos efeitos cognitivos alcançados pelo processamento de um *input* são fortalecimento, revisão, abandono de suposições disponíveis e implicação contextual, sendo este o efeito mais importante. A implicação contextual é uma conclusão dedutível do *input* e do contexto juntos, não podendo ocorrer separadamente.

Conforme Rauen (2008, p.42):

[...] um estímulo é suficientemente relevante, na medida em que ele se sobressai do conjunto de estímulos que o indivíduo teria tomado conhecimento, se esse estímulo não tivesse acontecido. Essa questão põe em evidência o caráter abduutivo do princípio cognitivo da relevância. Como a cognição tende a ser dirigida para a maximização da relevância, um estímulo saliente tem de ser tomado como relevante a priori para ser otimizado. Decorre disso que um estímulo saliente pode ou não ser relevante e, caso seja, essa relevância será otimizada, posto que será investido o menor esforço de processamento possível e obtidos os maiores efeitos cognitivos possíveis. (RAUEN, 2008, p. 42)

A Relevância é uma questão de grau, isto é, é incorreto afirmar que algo é ou não é relevante, pois há diferentes graus de Relevância. A pode ser mais relevante que B, e, mesmo assim B ser relevante, mas em grau inferior. O *input* reconhecido dentre vários outros estímulos não é somente o *input* relevante, mas o mais relevante dentre os outros *inputs* disponíveis no mesmo momento. Considerando essa afirmação, quanto maior for o valor das conclusões obtidas pelo processamento desse *input*, mais relevante ele será. Assim, (i) quanto maior for o efeito cognitivo positivo alcançado pelo processamento, maior será a relevância e (ii) quanto maior for o esforço requerido referente à percepção, memória e inferência, menor será a recompensa pelo processamento do *input* e, assim, menos relevante.

Sperber & Wilson, em seu modelo comunicacional ostensivo, admitem, portanto, diferentes graus de Relevância. Esses graus variam de acordo com os efeitos contextuais e com o esforço de processamento: a Relevância será maior quando houver menos esforço de processamento e mais efeitos contextuais. E a Relevância será menor quando houver mais esforço de processamento e menos efeitos contextuais.

A TR tem como áreas principais a cognição e a comunicação. Na área cognitiva (Princípio Cognitivo da Relevância), Sperber & Wilson (1995) postulam que a cognição humana tende a maximizar a relevância; e na área comunicacional (Princípio Comunicativo da Relevância), Sperber & Wilson (1995, p. 11), afirmam que “toda a elocução comunica uma presunção da sua própria relevância ótima”. A afirmação central da TR, segundo Wilson & Sperber (2005, p. 222) é a de que “as expectativas geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante”. Wilson & Sperber (2005) afirmam que os seres humanos têm uma tendência natural para maximizar a Relevância e isso ocorre não por uma questão de escolha, mas pela forma como os sistemas cognitivos se desenvolveram. O sistema cognitivo humano desenvolveu-se de tal forma que os mecanismos perceptuais tendem a escolher estímulos potencialmente relevantes e os mecanismos de recuperação tendem a ativar suposições potencialmente relevantes, sendo ambos de maneira automática.

De acordo com Silveira e Feltes (1999, p.32):

A Teoria da Relevância propõe um modelo de processamento de informações que privilegia o caráter basicamente inferencial não-demonstrativo da compreensão, ou seja, trata-se de um processo inferencial que é espontaneamente realizado pelos seres humanos como uma forma de conjectura, cognitivamente restringida, a ser julgada como bem-sucedida, malsucedida, ou como mais ou menos eficiente.

Durante o processo comunicativo, algumas suposições se tornam mais ou menos manifestas para o falante e para o ouvinte. O conjunto dessas suposições constituem, para Sperber & Wilson, o ambiente cognitivo. No processo comunicacional não há como ter certeza sobre o que é mutuamente manifesto. O ambiente cognitivo é, portanto, simplesmente, um conjunto de suposições que é mentalmente apresentado e considerado verdadeiro.

Com isso, o contexto passa a ser definido, por Sperber e Wilson como um conjunto de premissas¹¹ que é utilizado para interpretar enunciados. Esse conjunto de premissas trata-se de um construto psicológico constituído de suposições do ouvinte sobre o mundo, afetando e, até, determinando a compreensão do enunciado.

¹¹ Premissas são informações mentalmente representadas.

O mecanismo interpretativo proposto por Sperber & Wilson assume um conjunto de suposições como *input* e sistematicamente deduz as possíveis conclusões desse conjunto de suposições. É importante ressaltar que esse conjunto não é regido pelas formas da Lógica Padrão. A Lógica Padrão permitiria um infinito de conclusões derivadas de um conjunto de premissas, porém não seria possível derivar essas conclusões a partir das inferências práticas, ou seja, as conclusões seriam derivadas apenas quando as premissas fossem pré-fixadas. No curso do processamento, há a construção de premissas que podem ser pré-fixadas ou que podem se dar a partir de inferências práticas.

Segundo Silveira e Feltes (1999, p. 32):

Para Sperber e Wilson, os conceitos são, por hipótese, uma espécie de rótulo ou endereço. Quando o endereço de um conceito aparece na proposição que está sendo processada, é possível, a partir dele, ter-se acesso a informações de natureza lógica, enciclopédica e lexical.

É importante ressaltar que a TR trata-se de uma abordagem pragmático-cognitiva que sustenta a hipótese de que os indivíduos prestam atenção apenas ao que lhes parece relevante, ou seja, ao que está dentro de seu campo de interesse no momento. A comunicação precisa, portanto, ser ostensiva da parte do comunicador e inferencial da parte do ouvinte. Silveira e Feltes (1999, p.39) apresentam uma explicação para a comunicação ostensiva: “[...] comunicar por ostensão é produzir um certo estímulo com o objetivo de realizar a intenção informativa, tornando-a mutuamente manifesta tanto para o comunicador como para o ouvinte”.

A comunicação ostensivo-inferencial compreende duas intenções: a intenção informativa e a intenção comunicativa. A intenção informativa refere-se à intenção de informar algo a uma audiência e a intenção comunicativa é a intenção de informar uma intenção informativa a uma audiência. A compreensão é alcançada quando a intenção comunicativa é satisfeita, ou seja, quando a audiência reconhece a intenção informativa. A comunicação ostensivo-inferencial envolve, portanto, o uso de um estímulo ostensivo responsável por atrair a atenção da audiência e focá-la no significado do locutor. O uso de um estímulo ostensivo pode criar expectativas de Relevância não geradas por outros *inputs* por serem mais precisas e previsíveis.

A relevância ótima é criada por um estímulo ostensivo, sendo que o estímulo ostensivo é otimamente relevante se e somente se: (i) for relevante o suficiente para

merecer esforço de processamento da audiência e (ii) for o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador (Wilson & Sperber, 2005).

Wilson & Sperber (2005) explicam sobre o procedimento de compreensão à luz da relevância por meio de dois passos:

i) Siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.

ii) Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.

Quando um ouvinte segue o caminho de menor esforço, chegando a uma interpretação satisfatória das expectativas de relevância sem haver evidências contrárias, chega-se a hipótese mais plausível sobre o significado do falante. Na comunicação, os interlocutores transmitem um conjunto muito amplo de significados, não havendo uma camada de informação básica independentemente identificável para o ouvinte escolher. Wilson & Sperber (2005, p. 234) explicam o que torna possível reconhecer a intenção informativa do falante:

O que torna possível para o ouvinte reconhecer a intenção informativa do falante é que enunciados codificam formas lógicas (representações conceituais, mesmo que fragmentadas e incompletas) que o falante manifestadamente escolheu para fornecer como input ao processo de compreensão inferencial. Como resultado, a comunicação verbal pode alcançar um grau de explicitude não disponível na comunicação não-verbal.

Apesar de a forma lógica do enunciado ser uma importante pista para a intenção do falante, é cada vez mais reconhecido que o conteúdo pode ir muito além do que foi codificado linguisticamente.

Sobre a compreensão, acredita-se que é um processo que ocorre de maneira *online* e que as hipóteses sobre explicaturas, premissas e conclusões implicadas são desenvolvidas de maneira paralela a partir de um *background* de expectativas, podendo ser revisadas ou elaboradas à medida que o enunciado se desdobra. O ouvinte pode levar para o processo de compreensão não somente uma presunção geral da Relevância, mas expectativas mais específicas sobre como o enunciado será relevante para ele, isto é, quais efeitos cognitivos provavelmente alcançará, podendo contribuir para a identificação de explicaturas e premissas implicadas.

A partir das considerações feitas, é importante ressaltar que a TR é uma teoria psicológica cognitiva que trata o enunciado como um processo cognitivo, definindo, assim, princípios que vão ao encontro da visão cognitivista: os princípios comunicativo e cognitivo. Esses princípios são a base da teoria já que postulam a importância da relevância ótima e como ela ocorre, compreendendo-se que os processos ocorrem de maneira natural no cérebro/mente dos interlocutores.

Ainda, diferentemente do Princípio de Cooperação proposto por Grice, que argumenta ser uma questão de escolha seguir ou violar as máximas, a TR é um modelo que não concorda com violações de norma comunicativa, pois a compreensão verbal é uma busca da Relevância, que, como foi visto, é propriedade natural da cognição humana e, portanto, não precisa ser obedecida.

3.2.1 Inferências à luz da Relevância

A Teoria da Relevância (TR), de Sperber & Wilson (1995), como visto anteriormente, fundamenta-se em dois princípios: Princípio Cognitivo da Relevância e Princípio Comunicativo da Relevância. Ainda, a TR é uma teoria do além do dito, em que o ouvinte é capaz de realizar hipóteses para chegar em seu resultado final, a conclusão. Não há, portanto, limitações da lógica padrão na teoria. As considerações principais da teoria são o modo como a informação é representada na mente e como é processada inferencialmente.

Sobre o modo como ocorre a compreensão, Rauen explica:

A teoria da relevância preocupa-se estritamente com o significado do falante, ou seja, com a comunicação intencional aberta. Dessa forma, compreender um enunciado implica obter uma interpretação abertamente pretendida. O significado do falante é definido como o significado que o falante quer que o ouvinte recupere, está ativamente ajudando o ouvinte a recuperar, e reconheceria se solicitado. Logo, a suposição de que o falante formula um enunciado de maneira a facilitar a interpretação pretendida é essencial para a teoria da relevância. (RAUEN, 2008, p.29)

O mecanismo interpretativo proposto por Sperber & Wilson assume um conjunto de suposições como *input* e sistematicamente deduz as possíveis conclusões desse conjunto de suposições. Como esse conjunto de suposições não é regido pela lógica padrão, as conclusões derivadas não se limitam a premissas

pré-fixadas. No curso do processamento, há a construção de premissas que podem ser pré-fixadas ou que podem se dar a partir de inferências práticas.

Wilson & Sperber definem o objetivo da pragmática inferencial e como a TR se relaciona com essa linha pragmática:

O objetivo da pragmática inferencial é explicar como um ouvinte infere o significado do falante com base na evidência fornecida. A abordagem teórica da relevância é baseada em outra das afirmações centrais de Grice: a de que os enunciados criam automaticamente expectativas que guiam o ouvinte na direção do significado do falante. (WILSON; SPERBER, 2005, p. 226)

Wilson & Sperber (2005, p. 235) explicam como funcionam as inferências à luz da relevância:

A Teoria da Relevância trata a identificação do conteúdo explícito como igualmente inferencial e igualmente guiada pelo Princípio Comunicativo de Relevância, como a recuperação de implicaturas. O procedimento de compreensão à luz da relevância (“Siga o caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas em ordem de acessibilidade e pare quando suas expectativas de relevância são satisfeitas”) aplica-se da mesma maneira para resolver indeterminâncias linguísticas em ambos os níveis: explícito e implícito. O objetivo do ouvinte é construir uma hipótese sobre o significado do falante que satisfaça a presunção de relevância transmitida pelo enunciado.

Segundo a consideração acima, o ouvinte passa por etapas para construir uma significação acerca do enunciado. Há, então, inicialmente, a construção de hipóteses apropriadas referentes ao conteúdo explícito (explicaturas) por meio de decodificação, desambiguação, resolução de referências. Após essa etapa, há a construção de hipóteses apropriadas sobre suposições contextuais pretendidas (premissas implicadas). Por fim, há a construção de uma hipótese apropriada sobre as implicações contextuais pretendidas (conclusões implicadas).

A explicatura é uma combinação do significado linguístico codificado e inferências contextuais. O contexto influencia diretamente a explicatura, pois quanto maior a contribuição deste, menos explícita é a explicatura. De acordo com Vargas (2014), o conceito de explicatura é oposto à visão griceana do dito, pois o dito está mais próximo à mera decodificação. A implicatura, entretanto, é definida como o conteúdo implícito do enunciado.

Os indivíduos possuem, segundo a TR, em suas mentes, uma construção psicológica formada por suposições acerca do mundo. Essas suposições são acessadas durante o processo inferencial a fim de formularem premissas que os ajudam a interpretar o que está sendo comunicado. Sperber & Wilson procuram explicar, por meio de noções de psicologia, que o processo inferencial trata-se de um conjunto de premissas que resulta em conclusões, podendo essas conclusões serem confirmadas ou não.

Os processos inferenciais, segundo a Relevância, não são demonstrativos, podendo, assim, formar suposições baseadas no comportamento do falante. Ainda, os processos inferenciais são espontâneos, o que consiste na combinação de suposições factuais, suposições adquiridas que, combinadas com suposições prévias dos falantes, modificam seus ambientes cognitivos. A suposição factual expressa uma atitude do falante e possui força funcional determinada pela confirmação no processo de inferenciação.

As inferências, para Grice, como foi visto na seção “A Teoria das Implicaturas de Grice”, partem do dito para gerar implicaturas conversacionais. A TR, entretanto, não possui esse caráter normativo de Grice já que não se trata mais de violar ou obedecer às máximas, mas de um processamento cognitivo natural dos indivíduos.

As visões pragmáticas apresentadas nessas duas últimas subseções, referente a Grice e a Sperber & Wilson, contribuem com a noção de implicatura e inferência, permitindo a compreensão de um enunciado que vai além do dito, ou seja, que não se sustenta apenas ao que é escrito ou falado, permitindo suposições e premissas. A seguir, será apresentada a Teoria das Implicaturas Generalizadas, de Levinson.

3.3 A TEORIA DAS IMPLICATURAS GENERALIZADAS DE LEVINSON

Levinson (2000) tem um importante estudo sobre as Implicaturas Conversacionais Generalizadas (ICGs) que, embora se assemelhe à proposta de Grice (1975), apresenta algumas diferenças essenciais. Para Levinson (2000), as

implicaturas denominadas implicaturas *default* apresentam algumas características que justificam distingui-las das implicaturas particularizadas.

As implicaturas *default* são inferências automáticas que se relacionam com as heurísticas: **(i)** “o que não é dito não é”; **(ii)** “o que é expresso de forma simples pode ser entendido como estereotipicamente exemplificado”; e **(iii)** “o que é dito de forma anormal, não é normal”. Além disso, as implicaturas *default* não são codificadas, mas também não são consideradas casuais, impossibilitando estar enquadrada em algum nível tradicional do significado. Essas implicaturas, de acordo com Levinson (2000), formam um terceiro nível de significado, nomeado como significado tipo do enunciado, que não pode ser reduzido ao dito nem ao implicado.

O terceiro nível de significado, isto é, o nível *default*, encontra-se entre o dito e o implicado, estando, portanto, entre os níveis semânticos e pragmáticos. Os três níveis de significado defendido pelo autor são: **(i)** significado tipo da sentença, **(ii)** significado *token* e **(iii)** significado tipo do enunciado (LEVINSON, 2000). O primeiro é similar ao conceito de dito defendido por Grice (1975), o segundo refere-se ao ato de fala e o terceiro é referente às implicaturas *default*. O significado tipo do enunciado tende a manter-se constante em várias formas de uso, sendo, por isso, chamando de significado *default*, embora possa ser cancelado.

O significado *default* pode ser cancelado quando há evidências do contexto de que não se trata do significado emitido pelo falante, tornado, assim a implicatura generalizada em implicatura particular, anulando os princípios propostos pelo autor por tratar-se de outro tipo de implicatura. Esses significados são gerados por meio de suposição mútua entre os interlocutores através das heurísticas, tornando-os, portanto, significados fortemente presumidos. Sobre as implicaturas conversacionais generalizadas, Vargas explica (2014, p.32): “Embora seja visível a semelhança com a teoria griceana clássica, é necessário dizer que a teoria de Levinson sobre as ICGs compartilha somente traços mais gerais com a teoria de que se origina”.

As ICGs são geradas por meio de uma suposição mútua entre falante e ouvinte, sendo necessário que ambos tenham conhecimento das heurísticas. Levinson definiu três heurísticas baseadas no princípio cooperativo de Grice.

Sobre as heurísticas:

- **Primeira Heurística - Q:** “O que não é dito não é” corresponde à *submáxima da quantidade* de Grice (1975), “faça sua informação tão

informativa quanto o requerido”, relacionada à quantidade de informação da troca comunicativa.

Exemplos:

- a) Algumas pessoas já saíram da festa. → Nem todas as pessoas que estavam na festa ainda estão.
- b) Às vezes, não janto. → Nem sempre janto.

- **Segunda Heurística – I:** “O que é expresso de forma simples pode ser entendido como estereotipicamente exemplificado”. Essa heurística está relacionada à *submáxima da quantidade* de Grice (1975), “não dê mais informação do que é requerido”.

Exemplos:

- a) Se você lavar meu carro, te dou 15 reais. → Se e somente se você lavar meu carro, te dou 15 reais.
- b) Maria e João compraram um carro. → Maria e João compraram, juntos, um carro.

- **Terceira Heurística – M:** “O que é dito de forma anormal não é normal” associada à *máxima de modo* de Grice (1975), “seja claro”.

Exemplos:

- a) João não é infeliz. → Não significa que João seja feliz, pois se assim o fosse, usaria-se “João é feliz”.
- b) O DJ causou a parada da música. → Significa que o DJ interrompeu a música por algum motivo e não que ela realmente havia terminado em seu tempo normal.

As ICGs convencionais são fortemente ligadas à Semântica. Sobre essa relação, Silveira escreve:

Um dos problemas que Levinson tenta resolver é o da visão tradicional que considera a Semântica como um fornecedor de informação à Pragmática. Em sua opinião [de Levinson], as Implicaturas Conversacionais Generalizadas operam na proposição semântica no momento em que a proposição recebe suas Condições-de-Verdade. Isso significa dizer que a

Semântica das Condições-de-Verdade depende da Pragmática. (SILVEIRA, 2007, p. 59).

A relação entre Semântica e Pragmática, na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, é limítrofe, ou seja, ambas atuam de maneira conjunta, sendo a Pragmática, nesse caso, mais presa à Semântica, como ocorre também nas pressuposições, nas implicaturas convencionais.

As heurísticas, como será apresentado a seguir, na subseção intitulada “Implicaturas *Default*”, possui relação intrínseca com os princípios e com os padrões de implicaturas defendidos por Levinson (2000). Segue, portanto, uma reflexão acerca dessas relações e as definições e postulados desse autor sobre as implicaturas padrão/*default*.

3.3.1 Implicaturas Conversacionais Generalizadas

A partir das heurísticas destacadas anteriormente (heurísticas Q, I e M), criadas a partir de uma releitura de Grice (1975) acerca do seu Princípio Cooperativo, criam-se princípios e implicaturas padrões, ou seja, implicaturas que são esperadas a partir de determinado tipo de enunciado. Sobre estas implicaturas, é possível compreender que:

- **Implicatura-Q:** é ligada às implicaturas causais e escalares.
- **Implicatura-I:** é ligada ao enriquecimento que o ouvinte faz da expressão mínima produzida pelo falante.
- **Implicatura-M:** é ligada ao reconhecimento que o ouvinte faz da fala incomum do locutor por meio de uma forma marcada não esperada.

As implicaturas I e M funcionam, pois, de modo oposto: na primeira, o falante é breve e usa uma expressão mínima para comunicar-se com o ouvinte, em que este precisa usar informações estereotipificadas a fim de enriquecer o enunciado do falante; na segunda, porém, o falante utiliza uma forma marcada ou prolixa e o

ouvinte deve inferir que isto é uma sugestão de que há algo incomum ou não estereotipificado.

Conforme os exemplos utilizados anteriormente nas heurísticas, na seção A teoria das Implicaturas Generalizadas de Levinson, “Se você lavar meu carro, te dou 15 reais.” proporciona uma implicatura I, na qual “se” significa “se e somente se” e o ouvinte precisa inferir isso devido ao fato de o falante usar uma expressão mínima e não referir-se a essa limitação de “somente se”. Esse tipo de inferência é comum e de fácil compreensão já que, na linguagem natural, a expressão “se” é amplamente aceita como significando “se e somente se”, o que não ocorreria em forma lógica.

Entretanto, em “O DJ causou a parada da música.”, percebe-se que o falante incrementou suas informações e espera-se que haja um motivo para tal ato, ou seja, há uma razão para o ouvinte não expressar somente “O DJ parou a música.”, já que esta forma seria a mais comum. Infere-se, assim, que o DJ não apenas parou a música, mas a interrompeu por algum motivo, sem tocá-la até o final.

Levinson (2000) propõe tratar as ICG's como resultado de inferências pragmáticas do tipo padrão/*default*, podendo ser canceladas por declarações específicas. Isso significa que, apesar de haver uma interpretação preferida, ou padrão, essa interpretação pode estar errada, podendo a implicatura ser cancelada, pois trata-se de uma inferência de ordem pragmática, podendo sempre haver seu cancelamento. Como mencionado anteriormente, apenas as inferências lógicas não podem ser canceladas já que possuem apenas forma, estando livres da linguagem natural, que possibilita a inserção de novas informações a ponto de acabar com antigas hipóteses e eliminar possíveis erros de interpretação. As ICG's são geradas, então, a partir do desenvolvimento do conjunto de heurísticas, que funciona como uma espécie de regra para inferências padrão. Levinson explica que (2000, p. 39): “The implicatures will be generalized, that is will have the status of preferred interpretations, because the heuristics will be understood to be generally in force¹².”

Nessa visão teórica, as ICG's apresentam, então, duas importantes propriedades: são um modo de raciocínio padrão (*default*) e são reversíveis. Sobre esta última, Levinson explica:

¹² Tradução: As implicaturas serão generalizadas, isto é, terão status de interpretação preferida, porque as heurísticas serão entendidas para serem comumente válidas.

A reasoning is said to be a defeasible (or when instantiated in an argument nonmonotonic) if an inference or argument in that system may be defeated by the addition of further premises. Deductive systems, of course, are monotonic or nondefeasible. It seems most unlikely that implicatures are derived as deductive inferences (contrary to Sperber and Wilson 1986) because implicatures are clearly defeasible¹³. (LEVINSON, 2000, p. 42)

É importante ressaltar que essas propriedades das ICG's possuem limitações por estarem, de certa forma, ligadas a restrições oriundas da lógica, como a vulnerabilidade e o padrão, oferecendo, assim, um conjunto restrito de regras limitadas, tornando esse processo de interpretação preferida/padrão incapaz de abranger o conjunto de inferências criativas e indefinidas, que se distanciam de tal rigidez teórica. As implicaturas *default*, porém, por se tratarem de inferenciações das ICG's, ou seja, em sua maioria implicaturas estagnadas e previsíveis por padrões de conjunções pré-estabelecidos, torna-se uma teoria que tem muito a oferecer nesse campo, sem dar-se o estendimento teórico a inferenciações mais elaboradas, como as particularizadas. Desta forma, é esperado que o estudioso envolvido com essa teoria compreenda suas limitações e reconheça sua importância a respeito de implicaturas padrões e esperadas, sem ampliar-se ao estudo de algo mais particular, o que seria possível por meio da Relevância.

As heurísticas, ou princípios, servem para guiar a compreensão das inferências *default* e, como mencionado anteriormente, são divididas em três classificações, as quais possuem características próprias de processamento. O **Princípio-Q** induz inferências por meio do uso de uma expressão que o falante não pretende gerar contraste, sendo, geralmente, mais forte informativamente. Esse tipo de inferência tem duas características principais: elas são metalinguísticas, pois o que está implicado faz referência ao que poderia ter sido dito - mas não foi - e são proposições negativas, o que implica uma presunção de exclusão pelo controle dos modais e das implicaturas escalares. A esse grupo pertence a inferenciação de expressões, como <todos, a maioria, alguns>, <e, ou>, <necessariamente, possivelmente>, <sempre, às vezes>, <quente, morno>, <amar, gostar>, as quais compreendem quantificadores, conectivos, modais, adjetivos e verbos que podem

¹³ Tradução: Um raciocínio é considerado um argumento reversível (ou instantâneo, em um argumento não-monotônico) se uma inferência ou agência nesse sistema puder ser derrotada pela adição de novas premissas. Os sistemas dedutivos, é claro, são monotônicos ou inviáveis. Parece improvável que as implicações sejam derivadas como inferências dedutivas (contrariamente a Sperber e Wilson, 1986) porque as partes são claramente reversíveis.

ser compreendidos por escala, isto é, a intensidade do significado vai diminuindo devido à implicatura escalar que estas palavras causam. Em “todos” e “a maioria”, por exemplo, há um decréscimo de intensidade, pois em “todos” abrangem-se mais pessoas ou objetos, ou qualquer outra categoria, do que em “a maioria”. Essa questão será discutida mais amplamente pelo viés da implicatura *default* e da Relevância no capítulo destinado à análise de artigos experimentais.

Sobre o **Princípio-I**, que se refere ao enriquecimento que o ouvinte faz da expressão mínima produzida pelo falante, Levinson explica:

Researchers have noted that there is a decided preference for reference to persons to be achieved by the shortest expression, with the least descriptive content, that will do job. That this has the status of a maxim, or expected procedure, is shown by the fact when speaker is in doubt about whether a brief form will do, the form is often produced with a distinctive rising intonation; and so on recursively, until recognition is achieved.¹⁴ (LEVINSON, 2000, p. 113)

Ao utilizar-se de formas breves e reduzidas, espera-se que o ouvinte seja capaz de fazer implicaturas referentes a esse princípio, completando o sentido do enunciado. Os casos em que ocorrem esse tipo de implicatura são: perfeição condicional, em que “se” é inferido como “se e somente se”; conjunção justificativa, em que a conjunção “e” pode significar “e então”, servindo como sequência temporal, conjunção causal ou expressando ideia de intencionalidade; “pontaria”, em que em uma sequência de frase é possível compreender que algum fato possui relação com informações anteriores; aumento negativo, em que um atenuante é utilizado para expressar algo negativo, mas o leitor o processa com um aumento da negação, como “não gostar” e “desgostar”; correferência local preferida, no qual é possível substituir um nome, como João, por um pronome, como “ele” se esse nome já foi citado anteriormente, facilitando e reduzindo as informações; “máxima do espelho”, quando citam-se duas pessoas praticando uma ação e essa ação é feita em conjunto, como “Maria e João compraram uma casa” significando que eles

¹⁴ Pesquisadores observaram que há uma preferência decidida para a referência a pessoas a serem alcançadas pela expressão mais simples, com o conteúdo menos descritivo, que fará o trabalho. Isso, que tem o status de uma máxima, ou procedimento esperado, é mostrado pelo fato de que quando o falante ficar em dúvida sobre qualquer forma breve que irá fazer, a forma é, geralmente, produzida com uma entonação ascendente distinta; e assim por diante, recursivamente, até que o reconhecimento seja alcançado.

compraram juntos a mesma casa e não que cada um comprou uma casa diferente; “compostos nome-nome”, como em “o medidor do compressor de óleo” implicando “o indicador que mede o estados de compressão do óleo” especialidades de termos espaciais, como a “colher está na xícara” leva à implicatura de “a colher está dentro da xícara”; e interpretações possessivas, como “a casa de Maria” levando à implicação de “a casa em que Maria mora”.

O **Princípio-M** está ligado a informações incomuns por parte do falante, criando, assim, expectativas específicas no ouvinte. Isto é, ao perceber que o falante utilizou-se de formas anormais para referir-se a algo, o ouvinte é capaz de utilizar essa informações para fazer implicaturas e conseguir compreender corretamente o sentido do enunciado. Levinson (2000, p. 136) afirma que: “Each heuristic has its mode of invocation, and in the case of the M-heuristic, it is the form of the expression rather than its meaning that performs this service.¹⁵”

Levinson explica sobre a relação entre as implicaturas Q e M:

The central observation is that M-implicatures seem to be essentially parasitic on corresponding I-implicatures: whatever an unmarked expression U would I-implicate, the marked alternative (denotational synonym) M will implicate the complement of U's denotation¹⁶. (LEVINSON, 2000, p. 137)

É possível compreender essa afirmação por meio dos exemplos a seguir:

(9) Exemplos de ICG's e seus princípios:

- a) ICG: “João poderia resolver o problema”. → “Ele resolveu.”
- b) ICG: “João tem habilidade para resolver o problema” → “Mas ele não resolveu.”

Em **(a)** há uma ICG que, como postula Levinson (2000), é interpretada por meio do Princípio-I, já que nesse enunciado não há informações que conduzem o leitor a uma implicação diferente. Na ICG **(b)**, entretanto, há uma informação a mais:

¹⁵ Cada heurística tem seu modo de invocação e, no caso da M-heurística, é a forma da expressão e não o significado que realiza esse serviço.

¹⁶ A observação central é que as implicaturas M parecem ser essencialmente parasitárias nas implicações I correspondentes: seja qual for a expressão não marcada U ocorreria uma Implicatura-I, a alternativa marcada (sinônimo de denotação) M implicará o complemento da denotação de U.

“ter habilidade”, assim, o leitor interpreta esse tipo de informação extra como algo reverso, fazendo com que a implicatura seja negativa “não fez”, utilizando-se do Princípio-M para realizar este tipo de implicatura.

- c) ICG: “Maria sorriu” → “Maria produziu uma boa expressão feliz.”
- d) ICG: “O canto dos lábios de Maria girou ligeiramente para cima”. → “Maria produziu um sorriso ou uma careta.”

Em **(c)** há uma informação breve e simples que leva facilmente à interpretação correta do enunciado, por meio do Princípio-I. Porém, em **(d)**, há uma ICG que contém informações excessivamente detalhadas e imprecisas, causando uma dúvida entre sorrir e fazer careta. Utiliza-se, na segunda, uma implicatura do tipo M.

- e) ICG: “Pedro virou o interruptor e o motor ligou.” → “Pedro ligou intencionalmente.”
- f) ICG: “Pedro virou o interruptor e, quase imediatamente depois disso, o motor ligou.” → “Os dois eventos podem ter sido coincidentes”.

Em **(e)** ocorre uma Implicatura-I, enquanto que em **(f)** ocorre uma Implicatura-M devido à informação extra “quase imediatamente depois disso”, o que pode denotar surpresa, mostrando que não foi intencional virar o interruptor para ligar o motor, e, assim, não parece ser um a causa do outro, levando à implicatura de que foi coincidência tal ato.

- g) ICG: “Marina estava tricotando. Ocasionalmente, ela olhou pela janela.” → “Ela refere-se a Marina.”
- h) ICG: “Marina estava tricotando. Ocasionalmente, a mulher olhou pela janela.” → “A mulher não se refere a Marina.”

Em **(g)**, a ICG é interpretada por meio do Princípio-I, em que, ao utilizar somente o pronome ela após referir-se a pessoa, entende-se que nome e pronome referem-se a mesma pessoa (“Marina” e “ela”). Enquanto que, em **(h)**, ocorre uma implicatura do tipo M, pois a expressão “a mulher” parece não haver relação direta de pessoa com o nome citado na primeira sentença. Isso ocorre porque é mais

comum utilizar-se o pronome “ela” ao referir-se a alguém que já fora citado. Expressões como “a mulher”, entretanto, não costumam ser utilizadas para referir-se a mesma pessoa quando esta é citada proximamente no discurso.

Conforme explicado, os princípios – ou heurísticas – ocasionam determinado tipo de implicatura, sendo que cada princípio possui características distintas e, portanto, modos de implicaturas padrões diferentes. Isto é, nas Implicaturas-I ocorre um enriquecimento do enunciado por parte do falante, nas Implicaturas-M ocorre um reconhecimento de uma fala incomum e as Implicaturas-Q são ligadas aos quantificadores e modais, gerando, principalmente, implicaturas escalares e causais. Cada tipo de Princípio possui, portanto, seu modo de implicação, que é conhecido nessa teoria como implicatura do tipo padrão (ou *default*). Há, para cada princípio, portanto, padrões de implicaturas preferidos, ou seja, padrões que são esperados em determinada situação de ICG.

A seguir, serão abordados os conceitos de teoria griceana, pós-griceana e neogriceana, a fim de comparar as relações existentes entre teoria neo e pós-griceana no que se refere às infâncias conversacionais generalizadas. Essa comparação pode ser considerada pertencente a uma interface intrapragmática, pois ocorre entre teorias pragmáticas, tornando-se um modo de intersecção entre teorias que possuem um ponto inicial em comum, mas que, de acordo com suas abrangências, acabam modificando ou ampliando conceitos anteriores de modo a contribuir com a evolução dos estudos dessa subárea da Linguística.

3.4 INTERFACE PÓS-GRICEANA E NEOGRICEANA

Anteriormente (no segundo capítulo, na subseção “Interface entre Semântica e Pragmática”), foi abordada uma das principais interfaces do campo da Pragmática, a interface Semântico/Pragmática. Essa subseção é dedicada a outra importante interface nos estudos dessa disciplina: a interface intrapragmática, que ocorre entre teorias dessa subárea, abrangendo estudos griceanos, pós-griceanos e neogriceanos.

A nomenclatura “interface” é utilizada, neste trabalho, para apresentar as diferentes abordagens pragmáticas que estão ligadas a uma teoria base: a Teoria das Implicaturas, de Grice. Ao escolher o termo interface pós e neogriceana, é

ressaltada a relação entre a teoria base e a teoria criada a partir dela, podendo ser pós-griceana (TR de Sperber e Wilson, 1995) ou neogriceana (Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson, 2000), sendo importante compreender esta relação obtida por meio das duas teorias, o que caracteriza uma interface, já que é um objeto (no caso, uma teoria) criado por meio da relação com outro objeto (teoria base).

Carston (2005) apresenta algumas reflexões sobre a perspectiva de Horn (2005) acerca das classificações neo e pós-griceana. Para Horn (2005), é importante, para definir a classificação, destacar a diferença de objetivos destas duas abordagens pragmáticas: o objetivo de Grice (1957/1975) e, também, o objetivo neogriceano, é compreender o modo como ocorre a significação por parte do falante, isto é, qual implicação é utilizada por ele no processo comunicativo. O objetivo da Relevância é, entretanto, desenvolver um modelo psicológico cognitivo de interpretação dos enunciados que não aborda como e porque o falante pronuncia algo, mas o que o falante transmite enuncia de acordo com o seu objetivo a fim de tornar o enunciado relevante ao ouvinte. Carston (2005), todavia, acredita que a Teoria da Relevância preocupa-se, também, com o significado do falante, destacando a mensagem transmitida e o modo como o ouvinte tenta recuperá-la.

Carston acrescenta:

[...] the Gricean, the neo- Gricean (specifically Hornian) and the relevance-theoretic, each with its own goals and orientation, but all intersecting with each other at certain points. Their differences can, at least to some extent, be laid at the door of the disciplines they each ally with: Grice with philosophical analysis, Horn with linguistics, in particular lexis, and RT with cognitive processing.¹⁷ (2005, p. 5)

Seguindo a argumentação dos autores acima referidos, destacam-se as seguintes considerações acerca desta dissertação e das interfaces neo e pós-griceanas: a teoria de origem destas duas abordagens é a teoria griceana (Grice 1957/1975). Este autor teoriza sobre o significado, o Princípio de Cooperação com suas Máximas de Conversação e as implicaturas. Após, a interface pós-griceana é abordada por meio de Sperber & Wilson (1995) com seu Princípio da Relevância e sua visão cognitiva e comunicativa. Por fim, a abordagem neogriceana é

¹⁷ Tradução: As teorias griceana, a neogriceana (especialmente Horniana) e a Teoria da Relevância, têm, cada uma, seus próprios objetivos e orientação, mas todas se interpõem umas às outras em certos pontos. Suas diferenças podem, pelo menos até certo ponto, ser colocadas à porta das disciplinas às quais são aliadas: Grice com análise filosófica, Horn com linguística, em particular lexis, e TR com processamento cognitivo.

representada por Levinson (2000) e suas Implicaturas Conversacionais Generalizadas. Os teóricos elencados como representantes dessa interface intrapragmática apresentam, em suas teorias, estudos que se complementam, mas que possuem contrapontos interessantes devido a esta interface.

Grice (1975) apresenta as noções de implicaturas (inferências que partem do dito para o não dito) particularizadas e generalizadas e pertence ao campo da pragmática denominado de pragmática inferencial, sendo o primeiro estudioso a acreditar que as pessoas utilizam mais o não dito do que o dito em sua comunicação diária, propondo, assim, o estudo das implicaturas. As implicaturas são um tipo de inferência que parte do dito para ir além dele, propondo, portanto, que há muitas implicaturas nas trocas conversacionais, muitos significados subjacentes à fala.

Sperber & Wilson (1995) retomam uma noção importante para Grice: a máxima da relevância. Porém, esses autores exploram a noção de relevância por meio de princípios cognitivos e comunicativos, tornando-se bem diferente da proposta inicial de Grice. Sperber & Wilson (1995) concordam com a noção de inferências, porém a estudam de uma maneira contextual, sendo, então, o contexto o grande responsável pelas inferências que as pessoas fazem em suas conversas. Ainda, ao defender princípios cognitivos e comunicativos, os autores definem a relevância como algo natural e inato em que mente/cérebro sempre fará a busca pela relevância ótima. Apesar de seguir alguns postulados de Grice, os autores fazem uma proposta muito diferente da proposta original, sendo definidos, portanto, como pós-griceanos.

Levinson (2000) se aprofunda em um tema também antes discutido por Grice: as implicaturas conversacionais generalizadas, ampliando para três níveis de significado enquanto Grice considerava apenas dois, introduzindo, pois, o nível intermediário do significado, conhecido como significado tipo do enunciado. A implicatura generalizada, para Levinson, é abordada de acordo com a interpretação preferida, ou interpretação padrão, decorrente de hábitos do dia a dia. Então, além do significado semântico da sentença e do significado do enunciado, há essa interpretação preferida.

Segundo Silveira:

Esse nível de significação não representa o objeto da Pragmática propriamente dita, que aborda o enunciado-ocorrência [...], altamente dependente de um contexto particular. O foco de atenção dessa significação é, sim, o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem (interpretação *default*) que caracteriza uma parte da Pragmática mais presa à Semântica. (SILVEIRA, 2007, p. 57).

Grice, por meio de sua Teoria das Implicaturas (1975), representa uma importante mudança na visão dos estudos linguísticos referentes ao significado, pois esse teórico defendeu as implicaturas, ou seja, o que está além do dito, propondo as inferências pragmáticas e rompendo com a crença do limite lógico. Grice deixou importantes postulados para a Pragmática por romper com a crença do dito e ir além dele, inovando nesse campo, porém também deixou algumas falhas referentes à importância da relevância e às implicaturas conversacionais generalizadas. Por isso, alguns estudiosos se dedicaram a ampliar e rebater seus postulados a fim de resolver essa lacunas.

Sperber & Wilson, então, dedicaram-se a melhorar a noção de relevância pouco desenvolvida por Grice, mas acabaram propondo uma teoria bem distinta dos postulados iniciais, a Teoria da Relevância. Sperber & Wilson dedicaram-se a um estudo que abrange além do nível linguístico, o nível cognitivo, formulando, assim, os princípios que regem sua Teoria (Princípio Cognitivo e o Princípio Comunicativo). Esses autores, por formularem uma Teoria tão distinta da teoria de Grice, são denominados por Horn (2005) de pós-griceanos. Sperber & Wilson (1995) substituem as máximas de Grice por um único princípio: o da relevância, incluindo a cognição ao processo inferencial. Sobre a abordagem pós-griceana de Sperber & Wilson, Marchi (2013, p. 59) escreve:

Essa distinção entre as abordagens neo e pós-griceanas fica bastante clara se opusermos as noções de contexto elaboradas por Grice e posteriormente por Sperber e Wilson. Na proposta de Grice, o contexto está mais relacionado à situação comunicacional em que os enunciados ocorrem, ou seja, quem está produzindo enunciados, com que intenção e para quem, em que situação, entre outros fatores externos à comunicação. Sem dúvida Grice se preocupou com a questão do conhecimento enciclopédico dos falantes, mas Sperber e Wilson elaboraram essa noção de maneira mais profunda, afirmando que o contexto é um constructo psicológico do falante, de onde derivam suas suposições sobre o mundo.

Levinson (2000) reformulou as implicaturas conversacionais generalizadas, tratando-as como uma categoria de inferências *default* e propondo heurísticas como

reformulação das máximas de quantidade e qualidade de Grice (1975). Essas heurísticas acabam limitando as possibilidades de interpretação, tendendo a interpretações esperadas. Levinson critica a Teoria da Relevância devido ao seu reducionismo a um único princípio – relevância, pois exclui as inferências *default* ao defender a ideia de inferências mais relevantes. Ainda, o teórico acredita que as implicaturas conversacionais são anuláveis, não podendo ser, portanto, inferências dedutivas. Levinson é considerado um teórico neogriceano por manter sua base metodológica, ampliando a teoria ao defender as implicaturas *default* e o terceiro nível do significado.

Ao voltar-se ao nível individual de interação comunicativa, representado pelo terceiro nível de significado de Levinson (2000), sem se limitar ao nível interacional e sociocultural, inclui-se princípios interacionais gramaticais e cognitivos, fazendo com que o falante individual se desenvolva, ressaltando a importância do que está evidentemente no texto e que é (ou não) pretendido com seu enunciado. Levinson descreve estruturas morfológicas, sintáticas e lexicais específicas que os falantes oferecem como indício para o desencadeamento de implicações conversacionais generalizadas. Para os pós-griceanos, todavia, a interpretação é guiada pela orientação dos falantes por meio da arquitetura estrutural dos enunciados linguísticos, desencadeando, assim, implicaturas conversacionais particularizadas (KLEINKE, 2010).

Assim, pesquisadores como Levinson (2000) estão preocupados com os refinamentos do Princípio Cooperativo e das máximas (Grice, 1975), mantendo a ideia original de implicatura conversacional e da exploração de máximas que guiam os destinatários, admitindo o significado pretendido. Sperber & Wilson (1995), entretanto, não seguem esta posição: a compreensão inferencial para estes autores baseia-se no princípio de relevância como um princípio geral da cognição humana, não podendo ser violado ou seguido intencionalmente. A Teoria da Relevância não está sujeita, portanto, a regras comunicativas, como em Grice (1975) e Levinson (2000).

De acordo com a TR (Sperber & Wilson, 1995; Wilson & Sperber, 2005), existem três possíveis níveis de interpretação: **(i)** recuperação de formas lógicas incompletas; **(ii)** enriquecimento gratuito das formas lógicas para produzir explicaturas; e **(iii)** derivação das implicações. Carston (2009, p.47) explica a noção de implicatura e explicatura: “A proposition communicated by an utterance U is

explicit if and only if it is a development of a logical form encoded by U. Any other communicated proposition is an implicature.”¹⁸

Seguindo esta noção, é necessário ressaltar que a forma lógica a partir da qual a explicatura é derivada atua como uma prova do processo de interpretação inferencial. Assim, a interpretação de um enunciado resulta de um ajuste entre explicaturas e implicaturas guiadas pelas expectativas de Relevância e pelo equilíbrio entre os efeitos cognitivos e os custos de processamento (ZHANG & ZHANG, 2016).

Com base nos apontamentos acerca da interface pós e neogriceana, apresenta-se um quadro-resumo com as teorias abordadas neste trabalho, suas principais contribuições para o estudo da Pragmática, seus postulados acerca das inferências e a interface intrapragmática a qual pertence cada teoria. Este quadro tem por objetivo oferecer uma breve retomada deste capítulo, proporcionando uma melhor compreensão do capítulo a seguir que relacionará testes experimentais às teorias aqui abordadas.

QUADRO 1 - Resumo das teorias estudadas neste capítulo (Teoria das Implicaturas, de Grice; Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson; e Teorias das Implicaturas Generalizadas, de Levinson):

AUTOR	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	INFERÊNCIAS	INTERFACE
GRICE (1957/1975)	<ul style="list-style-type: none"> - Princípio de Cooperação: a partir deste princípio, com a máxima de relação, dá-se origem à TR. - Implicaturas Conversacionais : por meio das 	<ul style="list-style-type: none"> - A inferência ocorre por meio de uma quebra do princípio cooperativo, sendo, portanto, intencional. 	Teoria base

¹⁸ Tradução: Uma proposição comunicada por um enunciado U é explícita se e somente se for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada por U. Qualquer outra proposição comunicada é uma implicatura.

	<p>implicaturas conversacionais generalizadas e do princípio cooperativo, tem-se as implicaturas <i>default</i> e as heurísticas.</p>		
<p>SPERBER & WILSON (1995)</p>	<p>- Teoria da Relevância: por meio de princípios cognitivo e comunicativo, postula-se a busca pela relevância ótima e o balanceamento entre custo/benefício.</p>	<p>Inferências ocorrem por meio de premissas e hipóteses que são testadas até chegar-se à conclusão correta. São naturais e inatas.</p>	<p>Pós-griceana</p>
<p>LEVINSON (2000)</p>	<p>- Heurísticas: são princípios que regem o modo de interpretação, sendo considerados como interpretação preferida. - Implicatura <i>default</i>: implicaturas padrão (ou preferidas), as quais são regidas pelas heurísticas,</p>	<p>Inferências são chamadas de implicaturas <i>default</i>, sendo geradas por meio de implicaturas conversacionais generalizadas, as quais possuem heurísticas que determinam um padrão esperado de interpretação.</p>	<p>Neogriceana</p>

	isto é, as heurísticas Q, I, M geram possibilidades de implicaturas padrão (esperadas).		
--	---	--	--

A seguir, serão analisados artigos experimentais que envolvem as três teorias aqui estudadas. Far-se-á, então, uma meta-análise, isto é, uma análise sobre a análise feita nos artigos, o que possibilitará uma maior compreensão dessas teorias por meio da verificação de sua aplicabilidade. Assim, apresentam-se três artigos que testam alguns postulados da Teoria da Relevância e da Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas com o objetivo de verificar como essas teorias se inserem nas práticas comunicativas.

4 ANÁLISE DE ARTIGOS ENVOLVENDO AS TEORIAS ESTUDADAS

Serão analisados, nesta seção, artigos com experimentos que envolvem as abordagens estudadas: neogriceana, por meio do modelo padrão de implicatura, e pós-griceana, por meio do modelo subespecificado de interpretação. Esta análise será feita de maneira a verificar como ocorrem os fundamentos e princípios dessas teorias na comunicação e, ainda, por meio disso, compreender como essas teorias pragmáticas relacionam-se com a linguagem e a maneira como a descrevem de modo a verificar sua aplicabilidade. Busca-se, assim, compreender qual teoria estudada nesta dissertação melhor se aproxima à prática comunicativa, principalmente no que se refere a inferências escalares.

Foram selecionados três artigos envolvendo Pragmática Experimental, nos quais há uma inicial revisão teórico-bibliográfica dos estudos a serem testados e, após, os experimentos envolvendo esses estudos pragmáticos, sendo, os experimentos de tarefa de decisão lexical e de monitoramento ocular. Os artigos estão publicados no livro *Experimental Pragmatics*, editado por Noveck e Sperber (2004), sendo eles: “*Implicature, Relevance and Default Pragmatic Inference*”, o qual analisa o modo com são processados quantificadores e modais de acordo com teoria de modelo padrão (Implicaturas Padrões/Default, representada, nesse trabalho, por Levinson (2000)) e teoria de modelo subespecificado (TR, de Sperber & Wilson (1995)); e “*Pragmatic Inferences Related to Logical Terms*”, apresentando uma discussão acerca de Lógica e Pragmática e, dentro da Pragmática, de teoria Default e Relevância.

Apesar de este livro oferecer uma ótima revisão metodológica em seus artigos e experimentos importantes para este estudo, optou-se por selecionar um artigo que fizesse contraponto com os selecionados acima já que aqueles são essencialmente relevantistas. Assim, foi selecionado um artigo da plataforma *online “Pubmed”* intitulado “*Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales*” (De Carvalho, et al., 2016), o qual aborda a importância das escalas lexicais como uma propriedade das implicaturas escalares, comparando o modo como as abordagens pós e neogriceana predizem este fenômeno.

A seguir, cada seção será destinada à abordagem de algum artigo, respeitando a seguinte ordem: “*Implicature, Relevance and Default Pragmatic*

Inference”, em “Verificando modais e quantificadores por meio da Relevância e da Teoria *Default*”; “*Pragmatic Inferences Related to Logical Terms*”, intitulado de “Analisando inferenciações lógicas e pragmáticas – Relevância e *Default*”; e, por fim, “Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales”, em “Compreendendo a realidade psicológica das escalas lexicais”.

4.1 VERIFICANDO MODAIS E QUANTIFICADORES POR MEIO DA RELEVÂNCIA E DA TEORIA *DEFAULT*

O artigo “*Implicature, Relevance and Default Pragmatic Inference*” aborda dois tipos de processos inferenciais, sendo eles: modelo padrão, ou *Default Model* (doravante DM), e o modelo subespecificado, ou *Underspecification Model* (UM). Esses modelos encaixam-se em duas teorias estudadas ao longo dessa dissertação, sendo o DM pertencente ao modelo de Levinson (2000), com suas implicaturas *default*, e o UM tendo como um dos representantes Sperber & Wilson (1995), com a TR.

Bezuidenhout e Morris (2004), autores desse artigo experimental, acreditam que os modelos citados acima são modelos rivais nos processos pragmáticos que envolvem o entendimento dos enunciados postulados por Grice (1975) sobre as Implicaturas Conversacionais Generalizadas (ICG). É importante, portanto, esclarecer suas diferenças:

- Referente ao caso das expressões escalares, **Princípio Q** (“O que não é dito não é”), o DM postula que o uso de uma sentença contendo uma expressão fraca de escala dá origem à ICG padrão (*default*). Já o UM acredita que essas expressões são semanticamente não especificadas.

- Sobre o **Princípio I** (“O que é expresso de forma simples pode ser entendido como estereotipicamente exemplificado”), o DM sustenta que uma interpretação temporal da conjunção “e” seria uma interpretação padrão, enquanto o UM alega que essa conjunção é semanticamente indeterminada e pode ser especificada de diversas formas, dependendo dos pressupostos que operam no contexto do discurso.

O experimento aqui analisado tem por objetivo observar como as frases que dão origem às implicaturas conversacionais generalizadas são processadas. Para

isso, faz-se um comparativo entre a visão das implicaturas *default* de Levinson (2000) e Relevância de Sperber & Wilson (1995).

O artigo apresenta dois experimentos referentes aos efeitos de tempo de processamento entre diferentes sentenças, reforçando a assertividade da manipulação da condição controle. Foram feitos, então, testes iguais nos quais há apenas a mudança da condição controle, negando assim, que haja erro quanto à adequação dessa sentença controle. A seguir, apresentam-se as subseções referentes ao primeiro experimento, cuja condição controle é “*The N*¹⁹”, e ao segundo experimento, apresentando “*At least some N*²⁰” como condição controle.

i) Experimento 1: The N

O teste foi desenvolvido por meio de monitoramento do movimento ocular, verificando o processamento de sentenças do tipo “*Some S are P*²¹”. De acordo com o DM essas sentenças dão origem à implicatura padrão “*Not all S are P*²²”, referente ao Princípio Q. Os leitores viram 31 pares de sentenças do tipo:

- “*Some N were/had P*²³”
- “*In fact all of them were/did*²⁴”

Nessa segunda sentença, há o cancelamento da hipótese “*Some but not all*²⁵”, que segundo o DM “*Not all N*²⁶” e “*Many N*²⁷” conduziriam para “*Some N*”, enquanto “*The N*” não conduziria para esse sentido de alguns, produzindo um significado de totalidade. Para o UM, entretanto, “*Some N*²⁸” não conduziria a uma leitura de “alguns, mas não todos” imediatamente, permanecendo subespecificado até o leitor acumular mais informações.

Foram recrutados 24 participantes da Universidade de Carolina do Sul, sendo-lhes apresentados 63 pares de sentenças: 31 pares para cada condição

¹⁹ Tradução: O N.

²⁰ Tradução: Pelo menos algum N.

²¹ Tradução: Alguns S são P.

²² Tradução: Nem todo S é P.

²³ Tradução: Alguns N eram/tinham P.

²⁴ Tradução: De fato, todos N eram/tinham P.

²⁵ Tradução: Alguns, mas não todos.

²⁶ Tradução: Nem todo N.

²⁷ Tradução: Muitos N.

²⁸ Tradução: Algum N.

apresentada (“*Some*”, “*Many*” e “*The*”²⁹). As perguntas era de sim ou não e todos os participantes apresentaram 80% ou mais de compreensão.

Os autores mediram o número de regressões na frase “*some/many/the*” e o número de regressões nas palavras “*all*”³⁰ e “*them were/did*”³¹, sendo divididas em dois tempos de passagem:

1. Tempo de primeira passagem: referente ao tempo gasto em uma região antes de sair para a direita ou esquerda dessa região, compreendendo o tempo de duração do olhar.
2. Tempo de segunda passagem: referente ao tempo gasto ao reler uma região, excluindo o tempo de primeira passagem.

O tempo de segunda passagem adicionado ao número de regressões permitem a inferenciação referente à reanálise e aos processos de integração do texto.

Sobre os resultados:

a) Região “*all*”: os leitores gastaram mais tempo no processamento inicial na palavra “*all*” seguindo “*some n*” do que “*the n*”. Assim, compreende-se que o UM é mais consistente com os resultados, pois o DM prevê que “*many n*” e “*some n*” produzem efeito similar de processamento em relação à condição “*the n*”.

b) Região “*them were/did*”: o processamento inicial no “*them were/did*” referente à “*some n*” é mais rápido do que em “*the N*”, sendo esse resultado o oposto do que prediz o DM, já que este prediz um abrandamento de processamento em “*some N*”. O UM, por outro lado, prediz que não há diferença entre essas duas condições.

c) Outras regiões: DM previu que há alguma evidência de aumento do esforço de processamento refletindo a recuperação dos leitores ou a construção de uma nova interpretação após o cancelamento da ICG padrão. Entretanto, não há evidência disso nos dados, pois os leitores não diferem em tempo gasto na região de final de frase. O UM apresenta uma definição mais consistente, defendendo que a especificação é feita de forma incremental à medida que a informação relevante se

²⁹ Tradução: “Alguns”, “Muitos”, “O”.

³⁰ Tradução: Todos.

³¹ Tradução: Eles eram/tinham.

acumula e, portanto, não há necessidade de reanálise nas circunstâncias retratadas nesse artigo.

Desta forma, o modelo melhor suportado pelos dados encontrados no primeiro experimento desse artigo é o UM, pois, conforme postulado acima, a interpretação das sentenças não obteve o padrão esperado pelo modelo *default* e, em alguns casos, chegou a apresentar-se o oposto do esperado por esse modelo. O UM, por acreditar não haver um processamento padrão ou preferido, é mais fácil de adequar-se ao processamento da comunicação humana, porque, ao defender que a especificação é feita de maneira sub-especificada, isto é, que não há uma regra ou um padrão de ordem de especificação, torna-se mais adequável às diversas situações das práticas comunicativas, nas quais, independente de tratar-se de ICG, o indivíduo não seguiria um padrão, sendo capaz de testar hipóteses até que estas satisfizessem a necessidade do diálogo. Conforme postulado, o UM não possui especificações, isto é, não está dependente de condições semânticas que regeriam a uma determinada interpretação, fazendo-o mais livre e, assim, mais fácil de adequar-se ao experimento. O DM, como possui postulados e deixa clara a importância de uma implicatura padrão, ou seja, uma implicatura que seria seguida pelos interlocutores como a inferência preferencial para determinada ICG, torna-se mais limitado do que o outro modelo, sendo, assim, mais difícil de ser suportado se comparado ao UM.

A seguir, encontra-se o relato referente ao segundo experimento, tendo como condição controle “At least some N”. Esse segundo experimento foi feito com o intuito de verificar se os resultados obtidos no primeiro estavam corretos ou se sofreram algum tipo de desvio devido à unicidade da condição controle.

ii) Experimento 2: At least N

A condição controle “At least N” faz parte da segunda versão do experimento proposto por Bezuidenhout e Morris (2004), cuja primeira versão foi acima analisada. Nesta segunda versão, o processamento dos pares de sentença “Some N” do experimento 1 foi comparado aos padrões de processamento em pares de sentença que começaram com a frase de quantificação “At least some N” (pelo menos alguns N). Esta versão foi concebida como um caso em que o Default Model (DM) não prediz que desencadeia a ICG padrão “Not all N”. Seguem abaixo os exemplos:

1. Condição de teste: “**Some** books had colour pictures. In fact **all** of them did, which is why the teachers liked them³²”.
2. Condição controle: “**At least some** books had colour pictures. In fact **all** of them did, which is why the teachers liked them³³”.

Foram recrutados 24 participantes da comunidade da Universidade da Carolina do Sul, sendo estes participantes diferentes dos escolhidos no primeiro experimento. O processo feito nessa segunda etapa é semelhante ao da primeira: questões de sim ou não, análise e regiões de interesse.

Os resultados, segundo cada região analisada pelo monitoramento ocular, referentes as regiões, são:

a) Regiões “all” e “them were/did”: obteve um padrão de dados semelhante ao do experimento 1. Os leitores gastaram mais tempo no processamento inicial de “all” seguindo “some N” do que na condição controle e gastaram menos tempo na região que força a interpretação de “some and possibly all”. Novamente, o Underspecification Model (UM) é melhor suportado já que este prevê uma desaceleração na palavra “all” em condição de “some N” em comparação ao controle “at least some N”.

Os experimentos mostram, então, que o UM é mais consistente na relação de quantificadores, uma vez que os resultados apresentam problemas no DM e na sua hipótese de ICG padrão que, conforme foi visto, mostra-se, às vezes, até o oposto do que realmente ocorre no processo de interpretação de sentenças envolvendo esse tipo de palavras quantificadoras.

É possível afirmar, pois, que os relevantistas Sperber & Wilson e demais estudiosos que seguem o UM estão mais próximos de compreender a prática comunicativa no que se refere a quantificadores. O modelo seguido por esses autores não segue especificações semânticas construídas *a priori*, tornando o processo de interpretação mais aberto e aceitando que o interlocutor construa suas hipóteses de acordo com suas necessidades comunicativas, sem seguir uma orientação preferida/padrão para tal ato.

Ainda, as previsões do DM mostram-se incompatíveis com algumas realidades da comunicação, sendo possível compreender que as práticas não

³² Tradução: Alguns livros têm imagens coloridas. De fato, todos os livros têm, por isso que os professores gostaram deles.

³³ Tradução: Pelo menos alguns livros têm imagens coloridas. De fato, todos os livros têm, por isso que os professores gostaram deles.

seguem, pelo menos não em relação à quantificação, necessariamente, uma interpretação padrão, como postula esse modelo. Para Bezuidenhout e Morris (2004) seria possível haver uma reformulação do DM:

[...] while our results pose problems for the DM as we conceived it, this model could be modified to accommodate the results we obtained. For instance, a version of the Default Model in which readers abandon the default in the of potentially conflicting information rather than waiting until forced to do so would make predictions that are largely compatible with the data obtained. Unfortunately, this is accomplished at the expense of compromising much of the utility ascribed to the notion of defaults in the first place.³⁴ (BEZUIDENHOUT&MORRIS, 2004, p. 278)

Conforme observado acima, apesar de ser possível modificar os padrões das ICG's e até torna-los mais brandos, isso poderia enfraquecer a teoria de Levinson (2000) acerca das implicaturas *default*, pois a tornaria excessivamente ampla e perderia seu objetivo primeiro de definir e compreender as implicaturas por meio de padrões a serem observados e esperados em uma troca comunicativa.

A seguir, apresenta-se o artigo “Pragmatics inferences related to logical terms”, o qual compara o processamento lógico e pragmático nos modais e quantificadores, relacionando-os com a teoria *Default* e com a Relevância.

4.2 ANALISANDO INFERENCIAÇÕES LÓGICAS E PRAGMÁTICAS – RELEVÂNCIA E *DEFAULT*

O artigo “Pragmatics inferences related to logical terms”, de Noveck (2004), apresenta uma discussão acerca da teoria griceana e de teorias que derivam de Grice, entre elas a teoria neogriceana, aqui retratada por Levinson por meio das implicaturas *default*, e pela TR, a qual foi categorizada, neste trabalho, seguindo os postulados de Bar-Hillel (1982), como teoria pós-griceana. A discussão desse artigo é referente ao processamento de modais e quantificadores em formas lógicas e pragmáticas e como ocorre dentro da forma pragmática, ou seja, se segue os preceitos da implicatura *default* ou da Relevância.

³⁴ Tradução: [...] enquanto nossos resultados representam problemas para o DM conforme o conceituamos, esse modelo poderia ser modificado para obter os resultados obtidos. Por exemplo, uma versão do modelo *Default* em que os leitores abandonam o padrão em informações potencialmente conflitantes em vez de esperar até que seja forçado segui-lo, faria previsões que sejam amplamente compatíveis com os dados obtidos. Infelizmente, isso é realizado à custa de comprometer grande parte da utilidade atribuída à noção de padrões em primeiro lugar.

Apresenta-se, a seguir, exemplos de forma lógica e pragmática que são abordados no artigo:

- Lógica: Alguns, e possivelmente todos, X são Y.
- Pragmática: Alguns, mas não todos, X são Y.

Ressalta-se que no exemplo envolvendo Pragmática, é necessário que se faça uma implicatura, a qual é definida, por Levinson (2000) como representante da heurística Q: “O que não é dito não é”.

A pesquisa envolve o estudo de modais e quantificadores, sendo eles:

- Modal “might³⁵”: “There might be a parrot in the box³⁶.”, em que, de acordo com a lógica o “might” sugere uma evidencia de “must³⁷”, tornado a asserção afirmativa. Já para a pragmática, “might” não combina com “must”, tornando negativa a declaração.
- Quantificadores existenciais: “Some elephants have trunks³⁸” indica que nem todos os elefantes têm tromba, o que é uma contradição da realidade.

Estudos feitos para possibilitarem esse experimento mostraram que (i) 80% das crianças de até 7 anos apresentaram uma interpretação lógica no modal “might”, enquanto 35% dos adultos a apresentaram; e (ii) as crianças, provavelmente, concordariam com as declarações envolvendo quantificadores existenciais significativamente mais do que os adultos, mesmo estas sendo contraditórias.

Segundo a teoria *Default*, as inferências escalares tornam-se automáticas com a idade. Os resultados de pesquisas anteriores revelam, então, a maturação da inferência por meio da diferença da interpretação lógica e pragmática entre crianças e adultos.

Para a TR, todavia, crianças e adultos usam os mesmos mecanismos de compreensão, mas os recursos cognitivos maiores estão disponíveis para os adultos, o que os incentiva a extrair mais inferências pragmáticas.

A seguir, apresentam-se, brevemente, os experimentos realizados por Noveck (2004) e a análise dos mesmos de acordo com as teorias acima referidas divididos em duas etapas – relação entre adultos e crianças e adultos:

³⁵ Tradução: Poderia/pode.

³⁶ Tradução: Pode haver um papagaio na caixa.

³⁷ Tradução: Deveria/deve.

³⁸ Tradução: Alguns elefantes têm tromba.

i) Sobre a relação entre a interpretação lógica e pragmática de **adultos e crianças**, tem-se os seguintes experimentos:

a) Experimento de quantificadores: apresenta-se um paradigma padrão que colocou quatro caixas de papelão na frente de participantes com diferentes animais de plástico colocados dentro das caixas. Após, perguntaram se as pessoas concordavam com um fantoche que fazia declarações sobre o cenário, como “Some turtles are in the boxes³⁹”, sendo que todas tartarugas estavam nas caixas. Logicamente, aceita-se o emprego do quantificador “some”, mas pragmaticamente usa-se “all”.

Resultado: 91% das crianças responderam logicamente enquanto que apenas 53% dos adultos assim o fizeram.

b) Experimento com a conjunção “e/and”: Noveck (2004) apresenta diferentes significações para a conjunção “e”, podendo esta ser: (a) de contraste, como em “É outono nos EUA e primavera no Chile.”; (b) de sequência, “Ela pegou o bisturi e fez a incisão.”; (c) de contenção, em “Passamos o dia na cidade e fomos para Macy’s.”; (d) causal “Ela atirou nele na cabeça e ele morreu instantaneamente.”; e, por fim, (e) causal indireto, como “Ele a deixou e ela pegou a garrafa”. Logicamente, o uso das conjunções “e” é sempre independente da ordem, isto é, não há diferenças entre P&Q e Q&P. Todavia, pragmaticamente, a ordem das orações faz uma diferença significativa, já que afirmar “Maria casou (P) e ficou grávida (Q)” não possui o mesmo significado –pragmaticamente- de “Maria ficou grávida (Q) e casou (P)”, pois, na linguagem informal, entende-se que essa mudança de P&Q e Q&P, nesse enunciado, possui uma diferença de ordem temporal, causando diferentes implicaturas.

Resultado: as crianças linguisticamente competentes são menos exigentes do que os adultos sobre a sequência em orações conjuntivas. Isso aponta que as crianças, novamente, apresentam uma maior utilização da forma lógica em relação aos adultos.

ii) Relativo aos testes envolvendo apenas a **interpretação em adultos**, seguem as explicações:

³⁹ Tradução: Algumas tartarugas estão nas caixas.

a) Experimento 1: os participantes foram divididos em duas sessões, uma na qual eram instruídos a interpretar o quantificador “some” como “some and possibly all⁴⁰”, prisma uma condição lógica, e outra em que eram instruídos a tratar “some” como “some and possibly all”, em uma condição pragmática.

Resultado: quando os participantes foram instruídos para desenharem a inferência escalar (modo pragmático), demoraram muito mais tempo para avaliar as frases subinformativas em relação à quando estavam sob instruções para apenas fornecer uma resposta lógica. Os participantes tiveram, pois, uma maior dificuldade em fornecer a resposta correta quando receberam instruções pragmáticas.

b) Experimento 2: havia o mesmo paradigma do experimento 1, mas, agora, os participantes não receberam instruções nem comentários explícitos sobre a maneira de responder as frases subinformativas, possibilitando dois grupos de respostas: (i) a pragmática, em que há o processo de inferenciação; e (ii) a lógica, em que, segundo o autor, não há.

Resultado: novamente, as respostas lógicas foram mais rapidamente processadas.

Analisando esses experimentos, é possível compreender que: (i) para haver interpretação pragmática, é necessário que haja um tempo extra destinado aos requisitos de processamento para fazer e manter a inferência; (ii) há indicações de que o sistema de inferência padrão não se aplica a estes casos já que os participantes demoram mais tempo para chegar a uma resposta verdadeira do que a uma falsa, o que contraria os postulados do modelo *default*. Segundo Noveck (2004, p. 314): “Once again, if Logical responses are made more quickly than Pragmatic responses, we have evidence against a default system of inference.⁴¹” Acrescenta-se, ainda, uma observação (iii) o fato de que os aspectos temporais da conjunção são alcançados ao longo do desenvolvimento, o que foi mostrado nos testes de comparação de interpretação lógica e pragmática entre crianças e adultos, bem como as implicações escalares, mesmo caso, podem indicar que eles pertencem à mesma categoria linguístico/pragmática e que, portanto, ambos não se aliam ao

⁴⁰ Tradução: Alguns e possivelmente todos.

⁴¹ Tradução: Mais uma vez, se as respostas lógicas forem feitas mais rapidamente do que as respostas pragmáticas, temos evidências contra um sistema de inferência padrão.

comportamento *default* de inferenciação, conforme é possível compreender nas considerações acima.

No subcapítulo a seguir, apresenta-se o artigo “*Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales*”, o qual objetiva-se a verificar como ocorre a interpretação das implicaturas escalares: se é por escalas, como prediz a abordagem neogriceana, ou se as implicaturas são interpretados somente com base no contexto, como prediz a abordagem pós-griceana.

4.3 COMPREENDENDO A REALIDADE PSICOLÓGICA DAS ESCALAS LEXICAIS

O artigo “*Scalar Implicatures: the Psychological Reality of Scales*” testa, por meio de tarefa de decisão lexical, uma importante questão sobre as implicaturas escalares: a realidade psicológica das escalas lexicais, isto é, há uma verificação acerca de termos escalares mais fortes que implicam termos mais fracos e vice-versa. A testagem é feita a fim de verificar qual abordagem melhor prediz esta condição das implicaturas escalares, a pós ou a neogriceana.

Este artigo aborda, portanto, algo mais específico em relação aos experimentos analisados anteriormente, pois aqueles observavam o modo como as pessoas interpretavam algo a partir da implicaturas escalares, mas não abordava a questão da realidade psicológica das escalas lexicais. Os artigos debatidos anteriormente, portanto, abordam dois tipos de modelos teóricos: o modelo *default*, que prediz uma interpretação padrão a partir de determinada implicatura, e o modelo subespecificado, argumentando que o conceito de algo é produzido *ad hoc*, isto é, não é algo predeterminado como argumenta o modelo *default*. Esses dois tipos de modelos teóricos encaixam-se em tipos diferentes de abordagens pragmáticas, sendo o modelo *default* característico de teorias neogriceanas e o modelo subespecificado característico de teorias pós-griceanas, representados, respectivamente, pela Teoria das Implicaturas Conversacionais de Levinson (2000) e Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995).

Estes dois tipos de abordagens pragmáticas são discutidos e analisados neste artigo: a abordagem neogriceana (doravante, NG) e pós-griceana (PG). A fim de melhor compreender a discussão e resultados desta testagem, é necessário

destacar como as duas abordagens teóricas (NG e PG) definem noções importantes relacionadas às implicaturas escalares.

Segundo a NG, a interpretação baseia-se em escalas lexicais, como em <alguns/todos>, sendo que o termo mais forte (todos) implica o termo mais fraco (alguns), mas o termo mais fraco (alguns) implica a negação do termo mais forte (todos). A PG, todavia, nega este caso e oferece uma abordagem inferencial baseada em contexto para as implicaturas escalares, tendo mais resultados experimentais a favor desta abordagem (DE CARVALHO, et al.). Segundo a NG, as escalas lexicais são o mecanismo central por trás da computação das implicações escalares e preveem que os termos mais fracos em uma escala devem favorecer os mais fortes mais do que o contrário, pois palavras mais fortes são necessárias para a interpretação de palavras mais fracas. A PG não atribui qualquer função para as escalas lexicais na computação das implicações escalares.

Ainda, para a NG, as implicaturas conversacionais generalizadas, classe de implicaturas à qual as implicaturas escalares pertencem, são derivadas localmente e automaticamente, por padrão, quando o “gatilho”, isto é, uma palavra que pode funcionar como implicatura, pertence a uma escala linguística, sendo que a interpretação semântica de tal implicatura acontecerá depois que a interpretação pragmática for acessada e será uma interpretação de maior custo. Por outro lado, a PG considera que as implicaturas são explicaturas e não qualquer tipo de envolvimento conversacional, resultando, então, de um processo de enriquecimento pragmático da interpretação linguística do enunciado, sendo que este processo necessita da construção de conceitos *ad hoc*, o que implica que as implicaturas escalares só serão acessadas quando o contexto as tornar relevantes por ser um processo cognitivamente custoso. Portanto, para a NG as implicaturas escalares são interpretadas por meio de escala lexical, enquanto que, para a PG, as implicaturas escalares necessitam de um processo contextual. Assim, para a NG a interpretação pragmática é menos dispendiosa do que a interpretação semântica e para a PG é o contrário.

De acordo com De Carvalho et al., as evidências mostram-se a favor da PG em relação a custo de processamento, tempo de reação e dependência de contexto:

[...] all the experimental results up to now strongly favor PG accounts and starkly contradict the predictions of NG accounts. There is nevertheless a crucial and interesting element in NG that has not been empirically investigated: the psychological reality of lexical scales.⁴² (DE CARVALHO et al., 2016, p.3)

A fim de testar o a realidade psicológica das implicaturas escalares é realizada uma tarefa de decisão lexical com *priming*⁴³ oculto. Para chegar à compreensão da importância desta verificação, os autores utilizaram a abordagem de NG de Chierchia (2013), que propõe uma teoria mais abrangente, abrangendo não apenas os escalares, mas também as implicações de livre escolha, os itens de polaridade e ambientes linguísticos. Chierchia (2013) argumenta que as implicações escalares resultam de um operador secreto de exaustão que opera em um conjunto de alternativas determinadas pela escala ao qual o termo escalar pertence. Este conjunto de alternativas, entretanto, só está disponível para o processo de exaustão se o contexto torna obrigatório derivar implicatura.

A abordagem neogriceana de Levinson (2000) é, portanto, ampliada e, assim, algumas diferenças entre NG e PG desaparecem: (i) não há mais comprometimento com o custo da implicatura; (ii) há o reconhecimento da importância do contexto, incluindo a relevância conversacional, que determina se a inferência escalar será ou não tratada.

Ciente das discussões teóricas acima mencionadas e das influências possíveis das duas abordagens, tem-se o delineamento do experimento e as relações entre as abordagens neo e pós-griceana. O experimento, a discussão e o resultados serão analisados na subseção a seguir.

i) Tarefa de Decisão Lexical com *Priming* Oculto

O experimento utilizado para verificar a realidade psicológica das implicaturas escalares é uma tarefa de decisão lexical com *priming* oculto, sendo assim é

⁴² Tradução: Todos os resultados experimentais até agora favorecem a abordagem da PG e contradizem a NG. No entanto, há um elemento crucial e interessante na NG que não foi investigado empiricamente: a realidade psicológica das escalas lexicais.

⁴³ Definição de *priming*: O *priming* é um efeito experimental que se refere à influência que um evento antecedente (*prime*) tem sobre o desempenho de um evento posterior (*alvo*).

apresentada, subliminarmente, uma palavra primária para facilitar o processamento da palavra-alvo. Este primário subliminar é apresentado de forma muito rápida, impedindo que o participante perceba sua apresentação. A seguir, as principais informações de como o teste foi realizado:

a) Método de testagem: a palavra subliminar primária é apresentada sem que o participante perceba e, logo em seguida, é apresentada a palavra alvo.

b) Medida de testagem: a medida de testagem é o tempo de reação entre a apresentação do alvo (segunda palavra) e a resposta.

c) Tarefa de testagem: julgar se o alvo é uma palavra ou uma pseudo-palavra.

d) Condições experimentais: a tarefa inclui duas condições experimentais, sendo elas (i) primário como termo mais fraco que alvo, em que o primário é representado, por exemplo, por <alguns> e o alvo por <todos> e (ii) primário mais forte que alvo, em que o primário é representado por <todos> e o alvo por <alguns>.

e) Projeções controle: há duas projeções controle, uma em que o primário e alvo são idênticos <alguns/alguns> em que espera-se um tempo de reação mais curto e outra em que o primário é a sequência de consoantes de mesmo comprimento <some/ZSQN> em que espera-se um tempo de reação mais longo já que não há um efeito de iniciação.

Considerando o planejamento de testagem apresentado acima, é possível compreender o que é esperado como resultado para cada abordagem teórica: a NG prediz que o alvo deve ser avaliado mais rapidamente na condição de implicatura, como em <alguns/todos> do que na condição de implicação, como em <todos/alguns>. Para a PG, entretanto, como esta abordagem não segue a noção das escalas lexicais, acreditando na formação de conceitos *ad hoc*, é possível prever, no máximo, palavras dentro de uma escala *priming*, mas não é possível prever qualquer assimetria na força de iniciação entre palavras mais fracas e mais fortes.

A tarefa de decisão lexical foi realizada com 48 (quarenta e oito) franceses nativos, estudantes da Ecole Normale Supérieure em Lyon. O material foi construído com base em 129 (cento e vinte e nove) itens, sendo 43 (quarenta três) termos escalares, 43 (quarenta e três) pseudo-palavras e 43 (quarenta e três) sequências de consoantes, com 18 (dezoito) escalas: 11 (onze) com duas palavras, como

<e/ou> e 7 (sete) com três palavras, como <alguns/a maioria/todos>. As palavras médias das de três palavras, <a maioria> por exemplo, possibilitaram tanto para verificar as implicações quanto as implicaturas.

f) Resultados: os resultados obtidos com a tarefa de decisão lexical com *priming* oculto são os seguintes: **(i)** tempo de reação médio para as palavras alvo apresentadas na mesma condição foi mais rápido do que o tempo de reação médio na condição de consoante; **(ii)** tempo de reação médio para as duas condições (mesma condição e condição consoante) foi mais alto na condição de implicação do que na de implicatura.

Devido à assimetria do tempo de reação verificado nos resultados acima, é possível compreender que as escalas lexicais são uma realidade psicológica, pois esta assimetria favorece o envolvimento das escalas lexicais na formação da interpretação pragmática para as implicaturas escalares. Ainda, dada a assimetria de tempo de reação entre as implicações e as implicaturas é possível compreender que essas escalas devem desempenhar um papel significativo no processo de interpretação das implicaturas escalares. Se assim não fosse, a assimetria não teria sido observada.

É possível observar, portanto, o envolvimento de escalas lexicais no processo de interpretação das implicaturas escalares, corroborando a hipótese neogriceana de que as implicaturas escalares possuem uma determinação de escala lexical, e negando a hipótese pós-griceana de que estas implicaturas são construídas exclusivamente *ad hoc* por meio do processo contextual.

A seguir, apresenta-se uma discussão referente aos resultados dos experimentos acima analisados. Essa discussão visa à compreensão das possíveis interpretações dos resultados obtidos, relacionando-os às teorias estudadas de modo a verificar como as teorias estão ligadas à prática comunicativa e quais de suas características podem possuir (ou não) relações com a comunicação real.

4.4 DISCUSSÃO

Os artigos acima analisados possibilitam que se compreenda a aplicabilidade das teorias estudadas, em especial da Relevância e das ICG's *Default*,

representando, respectivamente, Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000). É importante, pois, analisar os resultados obtidos nos testes a fim de que se verifique a abrangência de aplicabilidade das teorias nas situações testadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos resultados obtidos em cada teste e das interpretações plausíveis para tal resultado.

i) *Implicature, Relevance and Default Pragmatic Inference* (BEZUIDENHOUT & MORRIS, 2004): Esse teste abrangeu dois modelos pragmáticos, de modo a verificar as situações em que cada modelo melhor correspondia ao funcionamento da comunicação por meio de rastreamento ocular. Os modelos verificados são o modelo *default* e o modelo subespecificado, representados, respectivamente, pelas implicaturas padrão de Levinson (2000) e pela TR de Sperber & Wilson (1995). Após manipular enunciados com quantificadores e modais envolvendo os princípios I e Q das ICG's (Levinson, 2000) conclui-se que o modelo subespecificado melhor se encaixa nas situações práticas da comunicação humana, pois, em algumas situações, o padrão previsto por Levinson contraria a interpretação feita pelos participantes.

ii) *Pragmatic Inferences Related to Logical Terms* (NOVECK, 2004): Esse teste abrange as ICG's griceanas e uma releitura pós e neogriceana, respectivamente representadas, nesse trabalho, por Sperber & Wilson (1995) e Levinson (2000). Para isso, são testados modais e quantificadores em diferença lógica e pragmática com crianças e adultos e, após, somente entre adultos. Ainda, além da verificação de interpretação lógica *versus* pragmática, busca-se verificar como ocorre essa interpretação pragmática, se pelo modelo *Default* ou se pela Relevância. Compreende-se que o modelo que mais se aproxima da prática comunicativa é a Relevância pois seus postulados melhor predizem os testes feitos.

iii) *Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales* (DE CARVALHO, et al., 2016): Esse artigo propõe um debate sobre as abordagens néo o pós-griceana no que se refere a implicaturas conversacionais generalizadas, mais especificamente, a implicaturas escalares. É declarado, pelos autores, que os testes envolvendo implicaturas escalares geralmente apresentam uma maior relação com a abordagem pós-griceana, no sentido de custo de processamento, tempo de reação e

dependência de contexto. Ciente disso, o objetivo do experimento é compreender um elemento crucial e interessante na abordagem neogriceana que, segundo De Carvalho et al. (2016), ainda não havia sido testado: trata-se da realidade psicológica das escalas lexicais. Por meio de uma tarefa de decisão lexical com *priming* oculto, verifica-se o tempo de reação de diferentes palavras em escalas, sendo que umas desempenham função de implicatura e outras de implicação, isto é há uma relação de força entre elas. Compreende-se, assim, que o tempo de reação muda de acordo com o *prime* apresentado e que este tempo varia, também, de acordo com a condição de implicação, que é mais alto, e de implicatura, mais baixo.

A partir desta assimetria de tempo de reação, é possível compreender que as escalas lexicais realmente são uma realidade psicológica das implicaturas lexicais, afirmando, assim, a importância da escala lexical, que é descartada na abordagem pós-griceana, pois esta, acredita que a interpretação é definida pelo contexto, sendo, as implicaturas escalares construídas, pois, de maneira *ad hoc*. Ciente disso, a abordagem neogriceana referente à importância da escala lexical é corroborada.

Após essa revisão unitária, faz-se necessário compreender e destacar algumas situações importantes referentes aos experimentos e suas relações com as teorias.

1. Sobre a Teoria da Relevância:

Por meio da representação de modelo subespecificado, abordado no primeiro e segundo artigo, compreende-se que a TR, por não possuir modelos padrões de como deve ocorrer a interpretação de uma sentença, defendendo que ocorre uma testagem de hipóteses e que chega-se à conclusão à medida que essas hipóteses são corroboradas, não havendo um caminho linear para tal ato, mostra-se mais adequada à comunicação humana no que se refere a quantificadores e a modais, bem como em situações nas quais são testados caminhos lógicos e pragmáticos, sendo a Relevância a que melhor explica as decisões do ouvinte no processamento do enunciado. Ainda, o terceiro artigo concorda com a abordagem pós-griceana (TR) em relação à custo de processamento, tempo de reação e dependência de contexto testados e evidenciados em artigos experimentais aos quais este artigo se baseia.

2. Sobre a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (Teoria *Default*):

A análise dos dois primeiros artigos contraria a Teoria *Default* no que se refere a quantificadores e modais, sendo que, em alguns casos, ocorre o contrário

do que a teoria postula. Percebe-se que a teoria, por acreditar que os indivíduos sigam um padrão de implicaturas, acabam por limitar as possibilidades de interpretação, o que foi percebido no segundo experimento relatado. Logo, é possível compreender que essa limitação pode prejudicar a teoria em sua correspondência com a prática comunicativa, pois, conforme analisado nos artigos, os experimentos analisados não corroboram os padrões referentes aos princípios da ICG's. Ainda, referente ao terceiro experimento, percebe-se que os indivíduos demoram mais tempo para chegar a uma resposta verdadeira do que a uma resposta falsa, contrariando as expectativas da teoria *Default*. Entretanto, no terceiro experimento há a comprovação do postulado neogriceano referente às escalas lexicais nas implicaturas escalares, havendo, assim, a corroboração da importância das escalas neste tipo de implicatura e negando o posição da abordagem pós-griceana acerca da inexistência deste tipo de escala ao creditar que a interpretação é construída *ad hoc*.

Retomando as heurísticas postuladas por **Levinson (2000)**, que fizeram parte dos experimentos dos artigos acima referidos, tem-se:

- **Primeira Heurística - Q:** “O que não é dito não é”, isto é, se há a expressão “alguns” acredita-se que não pode referir-se a “todos”, já que “todos” engloba mais pessoas do que “alguns”. Conforme esta heurística, é possível compreender que em: “Algumas pessoas estão contentes com a política” significa que “Nem todas as pessoas estão contentes com a política”.

- **Segunda Heurística – I:** “O que é expresso de forma simples pode ser entendido como estereotipicamente exemplificado”. Relacionando essa heurística e a proposta do experimento que a envolve (*Pragmatic Inferences Related to Logical Terms*), tem-se a noção de temporalidade da conjunção “e”. Conforme essa noção, compreende-se que “Foi ao jogo e jantou” tem como interpretação padrão/preferida “Foi ao jogo e depois jantou”.

Conforme a **Teoria da Relevância** (Sperber & Wilson, 1995), todavia, referente aos modais, os quais alguns teóricos têm se dedicado a analisar, Ramos afirma (1997, p. 240): “They attempt to provide a cognitive explanation for the various senses in which modals can be used in similar contexts⁴⁴.”

⁴⁴ Tradução: Eles tentam fornecer uma explicação cognitiva para os vários sentidos em que modais podem ser usados em contextos semelhantes.

Exemplificando:

(11) Exemplo de possíveis sentidos do modal na TR:

- Ela **pode** fazer o exame amanhã
 - a) É possível que ela faça o exame amanhã.
 - b) É permitido que ela faça o exame amanhã.

Por meio desse exemplo, percebe-se a abrangência da teoria em relação às significações. Isso ocorre porque, para a TR, uma expressão adquire valor e significado quando se encontra em contexto, descartando, portanto, a noção de significados padrões/preferidos a serem seguidos na comunicação.

Logo, é possível afirmar que a TR não se restringe tanto com seus postulados porque não segue certos padrões, como assim fazem as teorias de Grice (1975), segundo o Princípio Cooperativo, e Levinson (2000) com as Implicaturas *Default*, o que faz com que haja uma melhor adaptação da teoria de Sperber & Wilson (1995) com a realidade comunicativa. Ainda, os postulados de Levinson são importantes para a comunicação pois auxiliam a compreender como se dão as interpretações, quais caminhos mais comuns a seguir, apesar de nem sempre corresponderem à prática comunicativa por esta ser amplamente modificável e adaptável às diversas circunstâncias da enunciação e dos enunciadores.

A partir das análises apresentadas acima, é possível compreender que, nos testes estudados nesse trabalho, a TR se aproxima mais da realidade comunicativa no que se refere às inferências estudadas. É importante ressaltar, contudo, que essa teoria não postula ordens ou padrões, o que a faz pertencer ao modelo subespecificado, acreditando que os casos são particulares, formando-se uma relação a partir do emprego no enunciado, isto é, suas ligações são formadas *ad hoc*, tornando essa teoria muito mais abrangente do que a de Levinson (2000), pois esta possui heurísticas definidas, caracterizando interpretações preferidas, ou seja, interpretações que são esperadas segundo os postulados da teoria no que se refere a heurísticas/princípios. Além disso, como foi analisado no último artigo, apesar de a TR possuir mais semelhanças com muitas das interpretações e processamentos referentes às implicaturas escalares, é necessário reconhecer que há, realmente, uma escala lexical que rege estas implicaturas, não sendo possível, portanto, descartar a importância da escala lexical e da abordagem padrão neogriceana.

Ainda, conforme foi visto no terceiro artigo, a escala lexical, defendida por Levinson (2000), influencia a interpretação de implicações e implicaturas escalares, sendo, este ponto, um fator positivo para a abordagem neogriceana.

Apresenta-se, a seguir, a conclusão dessa dissertação, analisando a importância da abordagem histórico/filosófica para o estudo da Pragmática, bem como a necessidade de estudá-la em interface, aqui compreendida pela interface maior “semântico-pragmática” e pela interface interna, ou “intrapragmática”, representada por neogriceanos e pós-griceanos. O estudo da inferenciação, tanto teórico-argumentativo como no âmbito da meta-análise, é de grande importância para a evolução dos estudos comunicativos, já que esta representa o que é mais comunicado nos diálogos: o não dito.

5 CONCLUSÃO

A partir dos postulados e análises desenvolvidos nesse trabalho, compreende-se a importância de uma abordagem na perspectiva da interface, já que, como foi visto a Pragmática está em interface direta com a Semântica e, para compreender o significado, objeto de estudo dos dois campos da Linguística, é necessário compreender essa ligação entre as áreas. Além dessa interface mais geral, o trabalho constitui-se em uma abordagem de interface intrapragmática, ou seja, dentro do próprio campo da Pragmática há teorias que estão relacionadas, como é o caso da teoria griceana que norteia as teorias pós-griceana e neogriceana.

As influências históricas e filosóficas permitem compreender melhor as bases da Pragmática já que traçam o modo como ela foi instituída. Wittgenstein II e Strawson são importantes filósofos que perceberam a linguagem como algo que vai além do dito, ou seja, que acreditaram que o enunciado não se restringe ao que foi falado/escrito já que podem implicar outros significados dependendo do contexto ao qual está inserido. As definições do termo Pragmática são bastantes amplas e compreendem, para cada autor e cada segmento pragmático, diferentes aspectos, sendo que se destacam alguns como contexto, linguagem em uso e importância do sujeito, permitindo, assim, que se compreenda os princípios básicos desse campo de estudo e que se delimite a perspectiva da Pragmática a qual esse trabalho foi desenvolvido.

A teoria griceana, representada por Grice (1957/1975) deu origem a outras teorias, podendo estas serem distantes de seu original metodológico e postularem asserções distintas de sua teoria original e, também, podendo serem próximas, aprofundando os estudos griceanos sem alterar seu princípio inferencial dedutivo. Abordaram-se, portanto, duas teorias que apresentam as situações acima referidas: uma que se distancia, sendo chamada de teoria pós-griceana, representada por Sperber & Wilson (1995), por meio da Teoria da Relevância, e outra, neogriceana, que contribui com o avanço das implicaturas conversacionais generalizadas, propostas por Grice, mas amplia seus postulados originais, representada pela Teoria das Implicaturas Generalizadas de Levinson (2000), por meio das implicaturas padrão. Cria-se, assim, uma oportunidade de compreender a relação entre teorias pragmáticas, facilitando o estudo da comunicação a partir dessa subárea da Linguística.

Grice revolucionou os estudos da linguagem ao defender que muito do que as pessoas falam está além do dito, surgindo, assim, a noção de inferência. A comunicação é formada pelo dito e pelo não dito, sendo de suma importância a compreensão das inferências contidas nos enunciados para que locutor e interlocutor possam se comunicar de maneira eficiente por meio das pistas linguísticas que possibilitam as implicaturas (inferências griceanas) e, assim, a interpretação. Grice, ainda, é o responsável pela criação do Princípio Cooperativo, o qual a partir da máxima de relação, dá-se origem a estudos de relevância, por Sperber & Wilson, e pelas Implicaturas Conversacionais Generalizadas, que Levinson cria heurísticas e defende a existência de implicaturas padrões, as quais seriam as implicaturas preferidas ou mais comuns nas trocas comunicativas referentes a essas heurísticas.

Sperber & Wilson defendem, por meio de um modelo pragmático diferente de seu antecessor, Grice, uma interpretação mais ampla, sem categorias, máximas e regras dedutivas, sendo, então, a inferenciação um processo natural e inato, no qual as pessoas constroem hipóteses que podem ser confirmadas ou negadas até chegar-se à melhor interpretação. A Teoria da Relevância possui dois princípios que a regem, sendo eles o princípio comunicativo e o princípio cognitivo, os quais postulam a busca pela relevância máxima.

Levinson amplia os níveis de significado, antes entre o dito e não dito, proposto por Grice, defendendo que há um nível intermediário e que esse nível teria relação com implicaturas que são mais comuns, seguindo um certo padrão por estarem mais presas à Semântica. Ainda, a partir de categorias e máximas do Princípio Cooperativo, Levinson instaura as heurísticas, que são princípios capazes de gerar determinado tipo de implicatura, consistindo, assim, nas implicaturas *default*. Seguindo estes princípios, é possível compreender como determinadas expressões linguísticas, como quantificadores e modais, são interpretados.

Assim, Grice, em seu modelo inferencial, define as implicaturas como algo que parte do dito para além dele, mas, apesar de defender a importância do que está implicado, o teórico limita-se a algumas regras da lógica, dificultando o avanço da compreensão do processo inferencial. Levinson amplia essa noção ao defender que os indivíduos apresentam uma interpretação preferida (interpretação *default*). Entretanto, é necessário ressaltar que esta interpretação preferida pode ser negada e cancelada, pois somente as inferências lógicas não são canceláveis. Sperber &

Wilson, por sua vez, defendem o processo inferencial como algo que não possui regras definidas já que é algo natural dos seres humanos, sendo o processo de significação construído *ad hoc* a partir da relação entre linguagem e contexto.

A interface intrapragmática - Teoria das Implicaturas, Teoria da Relevância e Teoria das Implicaturas Generalizadas – acontece de diferentes maneiras. A interface entre a Teoria das Implicaturas Generalizadas e a Teoria da Relevância possuem diferenças bem delimitadas, pois enquanto a TR busca explicações cognitivas para o processamento das inferências, Levinson possui uma abordagem mais linguística aproximando-se, assim, do modelo griceano. Sperber & Wilson abordam as inferências de uma maneira mais voltada à cognição, por tratar do processo inferencial como algo inato e automático. Levinson e Grice, entretanto, fixam-se no estudo linguístico das inferências, representando, assim, a Pragmática Inferencial enquanto Sperber & Wilson enquadram-se em um modelo de Pragmática Cognitiva.

O artigo “*Implicature, relevance and default pragmatic inference*” (Bezuidenhout & Morris, 2004) testa quantificadores e modais relacionando-os à teoria das implicaturas *default* por meio dos princípios I e Q, postulados por Levinson (2000) e abordados no capítulo “A teoria das implicaturas generalizadas de Levinson” e por meio da Relevância, de Sperber & Wilson (1995), as quais correspondem, respectivamente, ao modelo padrão (*default model*) e modelo subespecificado (*underspecification model*). Por meio dos experimentos desse artigo, compreende-se que o modelo padrão possui algumas contrariedades em seus postulados e expectativas acerca das preferências de interpretação, sendo, assim, a TR (modelo subespecificado) o que melhor representa a interpretação dos modais e quantificadores aqui estudados.

O artigo “*Pragmatics inferences related to logical terms*” (Noveck, 2004), ao testar quantificadores e modais envolvendo crianças e adultos sob a ótica da Lógica e da Pragmática, subdividida em preceitos da implicatura padrão (Levinson, 2000) e da Relevância (Sperber & Wilson, 1995), concluíram que a Teoria da Relevância expressa melhor a realidade comunicativa neste caso, pois postula sobre recursos cognitivos que justificam um maior número de interpretações pragmáticas entre adultos, quando comparados a crianças, defendendo que adultos e crianças utilizam os mesmos mecanismos, mas que aqueles possuem recursos cognitivos mais avançados. Em relação à comparação entre adultos, concluiu-se que, ao contrário

do que postula a teoria *default*, os indivíduos demoram mais tempo para chegar a uma resposta verdadeira do que a uma resposta falsa. Assim, compreende-se que a teoria que mais se aproxima da realidade comunicativa é, neste caso, a Teoria da Relevância.

O artigo “*Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales*” (De Carvalho, et al.), ao testar a realidade psicológica das implicaturas escalares no que se refere a escala lexical, apresenta resultados em favor da abordagem neogriceana, defendendo, por meio de tarefa de decisão lexical com *priming* oculto e de seu resultado de assimetria no tempo de reação entre implicação e implicatura, que as escalas lexicais defendidas na abordagem neogriceana e, portanto, por Levinson (2000) são realmente importantes na interpretação de implicaturas escalares, mostrando que o contexto não é o maior influenciador neste tipo de implicatura, como postulava os teóricos pós-griceanos Sperber & Wilson (1995). Com isso, é possível compreender que a escala lexical possui uma força importante na interpretação deste tipo de implicatura, conforme defendera Levinson (2000).

A partir da discussão envolvendo os três artigos, é possível afirmar que, quando se trata de quantificadores e modais, a TR é a teoria que mais se aproxima da realidade da prática comunicativa em relação à custo de processamento, tempo de reação entre interpretação semântica e pragmática e dependência de contexto de implicaturas conversacionais generalizadas. Isso se justifica por ser uma teoria mais ampla, que, ao contrário do modelo *default*, não está tão presa a princípios, heurísticas e padrões, tornando mais abrangente sua aplicabilidade. Porém, conforme analisado no último artigo, as implicaturas escalares possuem uma significativa influência da escala lexical, o que é defendido pela abordagem neogriceana.

Pesquisas envolvendo inferências são de grande importância para a evolução dos estudos da comunicação humana, pois, como foi visto, a comunicação vai muito além do dito, dedicando boa parte de suas informações às possibilidades inferenciais que formam interpretações e hipóteses a serem testadas e corroboradas. A Pragmática, por ser uma disciplina que estuda a linguagem em uso, é um importante meio para o estudo inferencial dentro da área da linguagem. Esse trabalho possibilitou, então, importantes reflexões sobre linguagem, comunicação e inferências a partir de um modelo interdisciplinar, contribuindo com o estudo da Linguística, da Pragmática e da comunicação.

Essas reflexões possibilitaram um maior entendimento acerca das práticas comunicativas, unindo teoria e estudo de aplicação teórica. Por meio dessa união, é possível compreender como as teorias estudadas se aplicam na prática comunicativa, como seus princípios se relacionam – ou não – com a prática e a importância que cada teoria tem no desenvolvimento dos estudos pragmáticos e, portanto, nos processos inferenciais que regem os diálogos.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAR-HILLEL, Y. Indexical Expressions. In: **Mind**, 63, p. 359-379, 1954.
- BAR-HILLEL, Y. Expressões Indiciais. In: Dascal, M. (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística**, v.4. Campinas: UNICAMP, 1982.
- BEZUIDENHOUT, A.; MORRIS, R. Implicature, Relevance and Default Pragmatic Inference. In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (Eds.). **Experimental Pragmatics**. New York: Palgrave Macmillan, p. 272-282, 2004.
- BRANDÃO, H. Pragmática Linguística: delimitação e objetivos. In: MOSCA, L. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- CARNAP, R. Foundations of Logic and Mathematics. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. W. (Orgs.). **International Encyclopedia of Unified Science**, vol.1, p. 139-214, 1938.
- CARSTON, Robyn. Relevance Theory, Grice and the neo-Griceans: a response to Laurence Horn's Current issues in neo-Gricean pragmatics. In: **Intercultural Pragmatics**, v. 2. N. 3, p. 303-319, 2005.
- CARSTON, Robyn. The explicit/implicit distinction in pragmatics and the limits of explicit communication. **International Review of Pragmatics**, v.1, N 1, p. 35-62, 2009.
- CHIERCHIA, G. **Login in Grammar: Polarity, Free Choice and Interpretation**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- COSTA, Claudio. **Filosofia da mente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- COSTA, Jorge Campos da. A relevância da pragmática na pragmática da relevância [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CUMMINGS, L. **A Multidisciplinary Perspective**. Edinburgh University Press, 2005.
- DE CARVALHO, Alex. et al. Scalar Implicatures: The Psychological Reality of Scales. **Frontiers in Psychology**, v. 7, 2016
- FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**, 2 ed. São Paulo: Edusp, p.129-158, 1978.
- GIROTTI, V.; KEMMELMEIR, M.; SPERBER, D.; van der HENST, J. Inept reasoners or pragmatic virtuosos? Relevance and the deontic selection task. **Cognition**, n. 81, p. 69-76, 2001.

GRICE, H.P. Meaning. In: **The Philosophical Review**, Vol. 66, No. 3. July, p. 377-388, 1957.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE e MORGAN. **Syntax and semantics**, v. 3: **Speech acts**. New York: Academic Press, 1975.

HORN, L. Current Issues in neo-Gricean Pragmatics. In: **Intercultural Pragmatics**, v. 2. N. 2, p. 191-204, 2005.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

JAKOBSON, R. & HALLE, M. **Fundamentals of language**. The Hague, Mouton, 1956.

KALISH, D. Semantics. In: EDWARDS, P. (Org.). **Encyclopedia of Philosophy**, v. 7. Nova York: Collier-Macmillan, p. 348-358, 1967.

KLEINKE, S. Speaker activity and Grice's maxims of conversation at the interface of Pragmatics and Cognitive Linguistics. **Journal of Pragmatics**, 42, p.3345-3366, 2010.

LEVINSON, S. C. **Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature**. Cambridge (MA): MIT Press, 2000.

_____. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCHI, Fernanda. **O processo inferencial da linguagem politicamente incorreta na web 2.0: uma abordagem em interfaces**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

MONTAGUE, R. Pragmatics. In: KLIBANKY, R. (Org.). **Contemporary Philosophy**. Florença: La Nuova Italia Editrice, p. 102-121, 1968.

MORRIS, C. W. Foundations oh the Theory of Signs. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (Orgs). **International Encyclopedia of Unified Science**. Chicago: University of Chicago Press, p. 77-138, 1938.

NOVECK, I. Pragmatic Inferences Related to Logical Terms. In: In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (Eds.). **Experimental Pragmatics**. New York: Palgrave Macmillan, p. 301-321, 2004.

PINTO, J. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.). **Introdução à linguística**, v. 2: **domínios e fronteiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Francisco Yus. Grammar: Relevance-Theoretic Concerns. **Revista Alicantina de Estudios Ingleses**. Alicante, v. 10, p. 235-248, 1997

RAUEN, F. Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 5, p. 33-57, 2005.

RAUEN, F. Sobre relevância e irrelevâncias. In: CAMPOS, J.; RAUEN, F. (Orgs.). **Tópicos em Teoria da Relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 26-56, 2008.

RUSSEL, B. On denoting. **Mind**, v. 14, n.56, p. 479-493, 1905.

SEARLE. J. R. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVEIRA, Silvana Souza. **Teoria das inferências pragmáticas do tipo implicatura**: Por uma potencial aplicação para o ensino/aprendizagem do Português como L2. 2007. 129 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

SILVEIRA, J.; FELTES, H. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevância**: comunicação e cognição. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1995.

STRAWSON, P. F. On referring. **Mind**, 59, p. 320-344, 1950.

STRAWSON, P. F. **Logico-linguistic papers**. London, UK: Methuen & Co Ltda, 1971.

VARGAS, Aline Vieira. **O dito depois de Grice**: explicaturas ou implicaturas *default*?. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

Van der HENST, J.; SPERBER, D. Testing the Cognitive and Communicative Principles of Relevance. In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (Eds.). **Experimental Pragmatics**. New York: Palgrave Macmillan, p. 141-171, 2004.

WILSON, Deirdre.; SPERBER, Dan. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 5, p. 221-268, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**, Oxford: Blackwell, 1958 [WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.]

ZHANG, Y; ZHANG, S. Explicature versus default meaning: A response to Alessandro Capone's Default Semantics and the architecture of the mind. **Journal of Pragmatics**, 117, p. 264-272, 2016.